



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 24 de novembro de 2016

Edição 2407 | Páginas: 18

7ª LEGISLATURA | 52º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA
PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos:

Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Odilon Filho – PEM.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde:

Deputada Lenir Rodrigues – PPS;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Chico Mozart – PRP; e
Deputado Mecias de Jesus – PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputado Evangelista Siqueira – PT;
Deputado Naldo da Loteria – PSB;
Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Zé Galeto – PRP.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL:

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Odilon Filho – PEM; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas:

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

Deputado Zé Galeto – PRP;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC; e
Deputado Gabriel Picanço – PRB.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Valdenir Ferreira – PV;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Jânio Xingu – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Zé Galeto – PRP; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias:

Deputado Joaquim Ruiz – PTN;
Deputado Izaias Maia – PT do B;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputada Lenir Rodrigues – PPS.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado Jorge Everton – PMDB;
Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputada Ângela Águida Portella – PSC; e
Deputado Naldo da Loteria – PSB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputada Lenir Rodrigues – PPS; e
Deputado Masamy Eda – PMDB.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Deputado Gabriel Picanço – PRB;
Deputado Masamy Eda – PMDB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jânio Xingu – PSL; e
Deputado Brito Bezerra – PP

Comissão de Ética Parlamentar:

Deputado Marcelo Cabral – PMDB;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Naldo da Loteria – PSB; e
Deputado Izaias Maia – PT do B.
Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz – PTN; e
2º - Deputado Francisco Flamarion Portela.

Comissão de Defesa do Consumidor:

Deputado Chico Mozart – PRP;
Deputado Odilon Filho – PEM;
Deputado Francisco Flamarion Portela;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Evangelista Siqueira – PT.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED), conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUMÁRIO

Atos Legislativos

- Projetos de Decreto Legislativo nº 030 e 031/2016 02
- Requerimentos nº 079 e 081/2016 02
- Indicações nº 453 a 456/2016 02
- Ata da 2553ª Sessão Ordinária - Sucinta 03
- Ata da 2543ª Sessão Ordinária - Íntegra 05
- Ata da Audiência Pública - 17/10/2016 - Proibição das Vaquejadas 07

Atos Administrativos

- Superintendência Administrativa - Errata das Resoluções nº 251 e 252/2016 15
- Superintendência Administrativa - Resoluções nº 314 a 316/2016 15
- Diretoria de Recursos Humanos - Errata das Resoluções nº 2750 e 2754/2016 15
- Diretoria de Recursos Humanos - Resoluções nº 2762 a 2779/2016 16

ATOS LEGISLATIVOS
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 030/2016

Concede a Comenda Orgulho de Roraima à Fundação Altino Ventura que indica e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda “Orgulho de Roraima”, criada pela Resolução nº 004/04, de 23 de abril de 2004, à Fundação Altino Ventura, CNPJ 10.667.814/0001-38 com sede à rua soledade nº 170, bairro Boa Vista, CEP 50.070-020, Recife PE.

Art. 2º A Mesa Diretora adotará as providências necessárias para a realização de Sessão Solene e de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 22 de novembro de 2016.

Deputado Estadual **CORONEL CHAGAS**

Deputado Estadual **JOAQUIM RUIZ**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 031/2016

Concede a Comenda Orgulho de Roraima à autoridade que indica e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida a comenda “Orgulho de Roraima”, criada pela Resolução nº 004/04, de 23 de abril de 2004, ao Coronel de Cavalaria do Exército Luiz Henrique Gonçalves Valério, atual comandante do 1º Batalhão Logístico de Selva, sediado no Estado de Roraima.

Art. 2º A Mesa Diretora adotará as providências necessárias para a realização de Sessão Solene de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 22 de novembro de 2016.

Deputado **MARCELO CABRAL**

Deputado **JALSER RENIER**

REQUERIMENTOS
REQUERIMENTO Nº 079/2016

Boa Vista/RR, 21 de novembro de 2016.

Ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Eu, Jalsier Renier Padilha, Deputado Estadual, investido na função de Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, venho, por meio do presente expediente, com fundamento no artigo 192, parágrafo único, I, b, combinado com o artigo 196, XVII, ambos do regimento interno desta Casa, requerer a prorrogação do teor do requerimento nº 72/2016 – afastamento do exercício do cargo de Presidente da Mesa Diretora, para tratar de assunto de interesse particular, pelo prazo de 15 dias.

Dep. **JALSER RENIER PADILHA**

Presidente da ALERR

REQUERIMENTO Nº 081/2016

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual **CORONEL CHAGAS**

Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

Os Deputados que a este subscrevem, em conformidade com o art. 196, incisos II, XIII e XVII, e alínea “f” do art. 248, todos do Regimento Interno, requerem de Vossa Excelência realização de Sessão Extraordinária, sem ônus para este Poder, no dia 23 de novembro do corrente ano, às 12h30, para discussão e votação, em turno único, do PROJETO DE LEI Nº 128/16, que dispõe sobre a incorporação do Convênio ICMS/CONFAZ nº 112, de 23 de setembro de 2016, à legislação estadual, instituindo o Programa de Reparação de Créditos, inscritos ou não em Dívida Ativa do Estado de Roraima.

Deputados

INDICAÇÕES
INDICAÇÃO Nº 453/2016

O Parlamentar que esta subscreve, com amparo no Art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, MARIA SUELY SILVA CAMPOS, a seguinte indicação:

- Ajuste no percentual estabelecido artigo 3º do Decreto nº 20.865-E, de 29 de abril de 2016, que regulamenta o artigo 34 da Lei Complementar nº 224, de 28 de janeiro de 2014, em 50%, referente à indenização do serviço voluntário da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar de Roraima. E aumento no banco de horas do Serviço Voluntário previsto no mesmo decreto e ainda o pagamento integral da indenização do serviço voluntário, em caráter provisório, para todos os Policiais Militares do Estado que exerce atividade fim.

JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO que o art. 34 da Lei Complementar nº 224/2014 determina fará jus à indenização de serviço voluntário, o militar que, mediante termo de adesão, aceite, durante seu período de folga, desempenhar na conveniência e necessidade do serviço, atividades típicas das Corporações;

CONSIDERANDO que no Decreto nº 20.865-E, de 29 de abril de 2016, fora estabelecido o pagamento do valor de Indenização do Serviço Voluntário no percentual de 15% (quinze por cento), aplicado sobre o subsídio de Soldado 1º classe, conforme a Lei Complementar nº 224/2014;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 101- GCG, de 21 de julho de 2016, do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima, estabeleceu a distribuição do banco de horas mensais do Serviço Voluntário da Polícia Militar de Roraima;

CONSIDERANDO que é primordial o aumento do efetivo do policiamento desta Capital e no interior do Estado de Roraima, em razão da crescente onda de criminalidade e a consequente constituição de facções criminosas organizadas;

CONSIDERANDO que a notória existência do sentimento de insegurança vivenciado pela sociedade roraimense, uma vez que o clamor popular roga por mais ações de combate à criminalidade, com o maior policiamento ostensivo nas ruas;

Ademais, é direito constitucional do cidadão usufruir de uma sociedade segura (5º, CF/88), por isso a inevitável necessidade de aumentar o quantitativo do banco de horas do Serviço Voluntário, determinado pela Portaria 101/2016 —GCG, bem como aumentar o percentual de 15% (quinze por cento), estabelecido pelo Decreto nº 20.865-E. de 29 de abril de 2016.

Com efeito, nota-se a preocupação em estabelecer medidas que possam contribuir para melhoria da segurança pública, uma vez que é de inegável interesse público.

Estas são as razões justificantes pelas quais apresento esta indicação.

Dessa forma, rogo aos pares, bem como peço a sensibilidade da Exma.

Governadora em atender nossa sugestão.

Sala de Sessões, 21 de Novembro de 2016.

SOLDADO SAMPAIO

Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 454/2016

O Parlamentar que esta subscreve, com amparo no Art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, MARIA SUELY SILVA CAMPOS, a seguinte Indicação:

- Para disponibilizar, em caráter de urgência, armas de fogo e suas partes, munições e acessórios, por meio de cautela, para todos os Agentes Penitenciários, Policiais Cíveis e Militares do Estado de Roraima, que se encontram devidamente habilitados a portar armas, bem como desenvolver um programa de aquisição de armamento em caráter de urgência para todos os profissionais da segurança pública do Estado.

JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO que a existência do crime organizado é uma realidade no Estado de Roraima e que o aumento da criminalidade e periculosidade advindo da constituição de facções criminosas organizadas têm causado insegurança social ao povo roraimense;

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecerem medidas administrativas de segurança e preventivas, a fim de salvaguardar a incolumidade física dos profissionais da Segurança Pública, bem como garantir o efetivo exercício profissional destes;

CONSIDERANDO as necessidades do Estado de Roraima em avançar e fomentar as Políticas Públicas, voltadas à segurança da sociedade e integridade física dos Agentes Penitenciários, Policiais Civis e Militares, faz-se necessário a disponibilização, em caráter de urgência, de armamento, bem como o desenvolvimento de um programa de aquisição de armamento para todos os profissionais da segurança pública;

CONSIDERANDO a necessidade de envidar esforços na valorização e dignidade profissional dos Agentes Penitenciários, Policiais Civis e Militares, reitero a necessidade do atendimento desta.

Dessa forma, rogo aos pares, bem como peça a sensibilidade da Exma. Governadora em atender nossa sugestão.

Sala de Sessões, 21 de Novembro de 2016.

SOLDADO SAMPAIO

Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 455/2016

O parlamentar que a esta subscreve, e com base no Art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento a Excelentíssima Senhora Governadora da seguinte **INDICAÇÃO:**

REGULARIDADE DO TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL BARBOSA DE ALENCAR, LOCALIZADA NA VILA SÃO JOSÉ, BR-432, KM 20, MUNICÍPIO DE CANTÁ.

JUSTIFICATIVA

A indicação é uma reivindicação de pais de alunos que estão com dificuldades para frequentar as aulas, devido à falta do transporte escolar, e afirmam que a quantidade de faltas ocasionadas pela ausência do serviço es prejudicando o rendimento escolar dos seus filhos.

Sabe — se que o contexto social brasileiro é permeado pela desigualdade e pela falta de oportunidade, ao exercício de muitos dos direitos fundamentais do cidadão. Está realidade, por vez é tão forte que a simples disponibilização do ensino público e gratuito não é suficiente para assegurar o acesso e a permanência da criança e do jovem na escola.

Diante deste exposto pedimos a devida apreciação desta proposição visando o atendimento desta indicação.

Sala das sessões, 22 de Novembro de 2016

ZÉ GALETO

Deputado Estadual

INDICAÇÃO Nº 456/2016

O parlamentar que a esta subscreve, e com base no Art. 202, do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento a Excelentíssima Senhora Governadora da seguinte **INDICAÇÃO:**

FORNECIMENTO DE MERENDA, EM CARÁTER DE URGÊNCIA AO CENTRO DE ATENDIMENTO AS PESSOAS COM SURDEZ PRINCESA ISABEL (CAS,RR), LOCALIZADA NA AV. JAIME BRASIL, Nº 527, CENTRO.

JUSTIFICATIVA

Segundo relatos de pais e alunos, o referido centro de atendimento, já está a mais de dois anos sem fornecimento de merenda, implicando em suspensão das aulas e, conseqüentemente, em sérios prejuízos no processo de aprendizagem da língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) dos estudantes daquela instituição.

O art. 24, inciso VI, do decreto presidencial nº3.298/99, tida de forma prioritária, da medida que viabiliza o acesso do aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.

Diante do exposto, solicitamos a apreciação desta proposição visando o bom atendimento do serviço publico a ser prestado.

Sala das sessões, 22 de Novembro de 2016

ZÉ GALETO

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATADASEGUNDAMILÉSIMADUCENTÉSIMAQUINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima quinquagésima terceira Sessão Ordinária do quinquagésimo segundo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, solicitando

ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Marcelo Cabral**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental nº 115, de 17/11/16, comunicando veto parcial ao Projeto de Lei nº 003/16, que “dispõe sobre a redução temporária dos subsídios mensais dos cargos existentes na Administração Direta e Indireta do Estado de Roraima”; Mensagem Governamental nº 116, de 21/11/16, encaminhando para apreciação Projeto de Lei de Crédito Especial, em favor da Secretaria de Estado da Articulação Municipal e Política Urbana - SEAMPU, no valor global de R\$ 2.634.828,00 (dois milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e oito reais). **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:** Ofício nº 301, de 16/11/16, do Conselheiro Presidente, encaminhando Relatório de Atividades do TCE/RR relativo ao 3º Trimestre de 2016. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Indicação s/nº, de 17/11/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para conclusão das obras do novo prédio da Delegacia de Caracará, localizado na av. Doutor Zanny, bairro Santa Luzia, próximo à entrada da cidade de Caracará-RR; Indicação s/nº, de 17/11/16, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para regularização do serviço de transporte escolar da Escola Estadual Indígena Tuxaua Otávio Manduca, localizada na Comunidade Indígena do Jacamim, Serra da Lua, Município de Bonfim-RR; Indicação s/nº, de 21/11/16, do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, para manutenção, em caráter de urgência, da RR 205, no trecho da ponte sobre o Igarapé Au-Au até a sede do Município de Alto Alegre- RR; Indicação s/nº, de 21/11/16, do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, para reconstrução, em caráter de urgência, da ponte de madeira localizada na Vicinal 13, no Município de Iracema-RR; Requerimento s/nº, de 21/11/16, do Deputado Chicão da Silveira, requerendo pagamento do subsídio do cargo de Deputado Estadual, mesmo estando afastado do exercício do mandato; Memorando nº 104/16, do Deputado Jorge Everton, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 17 de novembro do corrente ano; Memorando nº 010/16, do Deputado Dhiego Coelho Fogaça, informando sua ausência, no período de 22 a 24 de novembro do corrente ano. **DIVERSOS:** Ofício nº 126/16, do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima – SINDAPE/RR, solicitando apoio à *Operação Cumpra-se a Lei*, iniciada pela entidade, buscando melhorias, condições mínimas, éticas e morais de trabalho nas unidades prisionais do Estado; Comunicado nº AL134363, de 25/10/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação e Desporto - SEED, no valor de R\$ 451.074,46 (quatrocentos e cinquenta e um mil, setenta e quatro reais e quarenta e seis centavos); Comunicado nº AL134364, de 25/10/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Maria das Neves Rezende, no valor de R\$ 7.470,00 (sete mil, quatrocentos e setenta reais); Comunicado nº AL134365, de 25/10/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Jesus Nazareno de Souza Cruz, no valor de R\$ 9.750,00 (nove mil, setecentos e cinquenta reais); Comunicado nº AL134366, de 25/10/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves, no valor de R\$ 7.180,00 (sete mil, cento e oitenta reais); Comunicado nº AL134367, de 25/10/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º e 2º Graus Rui Barbosa, no valor de R\$ 2.290,00 (dois mil, duzentos e noventa reais); Comunicado nº AL134368, de 25/10/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola de Ensino Fundamental Nova Esperança, no valor de R\$ 4.340,00 (quatro mil, trezentos e quarenta reais); Comunicado nº AL134369, de 25/10/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Luiz Cadete, no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais); Comunicado nº AL134370, de 25/10/2016, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Roraima, no valor de R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais); Comunicado nº AL134371, de 25/10/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de Recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Maricelma de Oliveira Cruz, no valor de R\$ 4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais);

Comunicado nº AL134372, de 25/10/2016, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau José Pereira, no valor de R\$ 2.360,00 (dois mil, trezentos e sessenta reais); Comunicado nº AL134373, de 25/10/2016, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Santa Bruniara Barbosa, no valor de R\$ 3.160,00 (três mil, cento e sessenta reais); Comunicado nº AL134374, de 25/10/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Maria Quevedo, no valor de R\$ 4.040,00 (quatro mil e quarenta reais); Comunicado nº AL134375, de 25/10/16, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Miriam Alves Ferreira, no valor de R\$ 3.610,00 (três mil, seiscentos e dez reais).

GRANDE EXPEDIENTE: O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** iniciou seu pronunciamento cumprimentando os militares do Exército brasileiro presentes em plenário. Em seguida, lamentou profundamente a violência no Estado, que culminou com os homicídios ocorridos recentemente de dois policiais por membros de facções criminosas. Segundo o Parlamentar, é preciso que se faça alguma coisa, pois é inadmissível que em um Estado tão pacato como Roraima ocorra esse tipo de violência. Reconheceu a iniciativa da Senhora Governadora em convocar novos policiais para intensificar o policiamento ordinário através de várias operações. Continuando, informou que solicitou ao Governo do Estado que crie um programa de aquisição de armas para os policiais do Estado, pois, em sua opinião, é inadmissível policiais saírem às ruas, quando não estão em serviço, totalmente desprotegidos. Solicitou também que a Senhora Governadora altere o Decreto nº 2856, que cria o serviço comunitário remunerado aos Bombeiros e Policiais Militares, para aumentar a quantidade e o valor das horas extras a fim de incentivá-los. Após, reportou-se à situação do Presidente deste Poder, destacando que é constrangedor esta Casa ter um presidente presidiário, e que o mesmo deveria renunciar a Presidência. Continuando, destacou que o mandando de Deputado Estadual pertence ao Deputado, mas o mandato de presidente foi dado pelos Deputados deste Poder, e é inaceitável que o Deputado Jalsler Renier continue no comando do Poder, cuja obrigação é fiscalizar a coisa pública. Finalizou dizendo que ajuizou na Consultoria Jurídica uma ação popular pedindo o seu afastamento da presidência, ressaltando que não se trata de questão pessoal, mas entende que é esta a maneira mais honrosa para esta Casa, pois o que está prevalecendo, neste momento, é o Poder Legislativo de Roraima, que está passando por uma situação inédita, inclusive à nível nacional.

ORDEM DO DIA: O Senhor Presidente anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação em turno único do Requerimento nº 078/16, de autoria de vários Deputados, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 22 do corrente mês, em Comissão Geral, momento em que esta Casa estará homenageando, com a Comenda Orgulho de Roraima, o General de Brigada Carlos Alberto Mansur, conforme Decreto Legislativo nº 04/16, de 17/03/16; Requerimento nº 077/16, de autoria da Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar possíveis falhas no Sistema Prisional, requerendo prorrogação de prazo para funcionamento por igual período; Proposta de Moção de Pesar nº 019/16, pelo falecimento dos Soldados PMs Arnaldo Alves de Sena e Tadeu Martins Lima de Oliveira, ocorrido nos dias 15 e 17/11/16, nesta capital, de autoria do Deputado Coronel Chagas. Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 08/16, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 166, de 16 de julho de 2010, que institui a carreira e o cargo de agente penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJUC”, de iniciativa do Poder Executivo. Após, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 78/16. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Atendendo ao Requerimento, o Senhor Presidente transformou a Sessão em Comissão Geral, momento em que esta Casa prestou homenagem, com a Comenda Orgulho de Roraima, ao General de Brigada Carlos Alberto Mansur. Alcançada a finalidade da Comissão Geral, o Senhor Presidente retomou os trabalhos na fase em que se encontravam. Não havendo quórum para deliberação das matérias constantes na pauta da Ordem do Dia, o Senhor Presidente transferiu para a próxima Sessão.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 23, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Flamaron Portela, Izaias Maia, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio e Zé Galetto.**

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2543ª SESSÃO, EM 19 DE OUTUBRO DE 2016.

52º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às nove horas do dia dezoito de outubro de dois mil e dezesseis, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima quadrigésima terceira Sessão Ordinária do quinquagésimo segundo período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declarou aberta a Sessão.

Convido a Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc*.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Ofício nº 2045, de 17/10/16, do Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando substituição do Anexo I, nos termos da cópia anexa, referente à Mensagem Governamental nº 101, de 30/09/16.

RECEBIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

Ofício nº 428, de 13/10/16, da Procuradoria-Geral de Justiça, encaminhando Ofício nº 985/2016/PJDPP/MP/RR para conhecimento e providências.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Memorando nº 054, de 18/10/16, do Deputado Valdenir Ferreira, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 13 de outubro do corrente ano.

DIVERSOS:

Ofício nº 075, de 17/10/16, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Roraima - SINDPRER, solicitando apoio para a categoria que vem sofrendo retaliações devido ao estado de greve.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passaremos agora para a Ordem do Dia, a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 003/16, que “dispõe sobre a redução temporária dos subsídios mensais dos cargos existentes na administração direta e indireta do Estado de Roraima”; do Projeto de Lei nº 007/16, que “altera o anexo III da Lei nº 133, de 14 de junho de 1996, que dispõe sobre a adoção do símbolo do Estado de Roraima, em conformidade com o art. 10 da Constituição Estadual, e dá outras providências” (regime de urgência), de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 008/16, que “autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Estadual de Roraima – UERR, os imóveis que especifica” (regime de urgência), de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 057/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor da Secretaria de Estado da Saúde, no valor R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e para a Secretaria de Estado da Educação e Desporto, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); crédito suplementar por transposição no valor global de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para os fins que especifica (regime de urgência)”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 073/16, que “reestrutura o Clube de Mães no Estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 083/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, crédito suplementar no valor global de R\$ 400.000,00”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 086/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor da Procuradoria - Geral

do Estado de Roraima – FUNDEPRO/RR, Crédito Suplementar no valor global de R\$ 146.900,00,(cento e quarenta e seis mil e novecentos reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 087/16, que “autoriza o Poder Executivo a afetar ao Tribunal de Justiça de Roraima o Palácio Latife Salomão que especifica”; do Projeto de Lei nº 095/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor da Companhia de Desenvolvimento de Roraima, crédito suplementar no valor global de R\$ 589.000,00, (quinhentos e oitenta e nove mil reais), para reforço de dotações constante da lei orçamentária”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 096/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor do Corpo de Bombeiros Militar do Estado - CBMRR, crédito suplementar no valor global de R\$ 63.177,08(sessenta e três mil, cento e setenta e sete reais e oito centavos), para reforço de dotações constante da Lei Orçamentária”, de autoria do Poder Executivo; do Projeto de Lei nº 097/16, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor da Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECOM, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 100/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração - SEGAD, crédito suplementar no valor global de R\$ 199.859,92, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 102/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUC, crédito no valor global de R\$ 4.291.072,59, para reforço das dotações constantes da lei orçamentária vigente, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 103/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor do Fundo Estadual de Infraestrutura de Transporte, crédito no valor global de R\$ 3.941.612,53, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 111/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor do Fundo Estadual de Saúde, crédito suplementar no valor global de R\$ 141.339,08, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 113/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor do Fundo Estadual de Saúde, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.345.612,59, para reforço das dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 107/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor da Secretaria de Estado de Infraestrutura, crédito suplementar por excesso de arrecadação no valor global de R\$ 1.686.254,00,(um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e quatro reais), para os fins que especifica, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 118/16, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento fiscal do estado, em favor do Fundo Estadual de Infraestrutura de Transporte - FEIT, crédito suplementar no valor global de R\$ 2.786.717,54 (dois milhões, setecentos e oitenta e seis mil, setecentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos), para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente”, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, ontem quando abordei Vossa Excelência sobre o Projeto de Lei que tramita na Casa sobre a redução dos salários da Governadora e dos Secretários, o senhor me respondeu que entraria na pauta da Ordem do Dia de hoje. Gostaria de saber se ele será incluso.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Joaquim, o Projeto já está incluso na pauta da Ordem do Dia de hoje, conforme solicitação de Vossa Excelência. Gostaria de fazer uma correção na pauta da Ordem do Dia. Tinha anunciado o Projeto de Lei 118/16 para a Ordem do Dia, mas o Projeto de Lei solicitado pelo Deputado Flamarion Portela é o número 103/16, que autoriza o Poder Executivo abrir o orçamento fiscal do estado em favor do Fundo Estadual de Infraestrutura, crédito no valor global de R\$ 3.941.612,53 para reforço das dotações constantes da lei orçamentária vigente, de autoria do Poder Executivo. Este é o projeto da CID que o Deputado Flamarion falou que, se não for votado, pode bloquear eventuais e futuros convênios que possam entrar na conta do Estado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, tem também o Projeto de Lei da Penitenciária Agrícola. O Secretário de Justiça e Cidadania deu uma entrevista coletiva dizendo que está aqui na Casa uma suplementação de R\$ 4,5 milhões de reais para fazer a reforma do presídio. Gostaria de saber se ele entra na Ordem do Dia de hoje.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Está na pauta de hoje também, Deputado Joaquim.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede uma Questão de Ordem – Gostaria apenas de lembrar que temos na Ordem do Dia, de 19 de outubro, dezesseis projetos de leis todos eles importantes e prioritários. A minha sugestão é que coloquemos todos eles para votação. Temos dois na área de saúde que são muito importantes, trata-se de abertura de crédito suplementar. As críticas à saúde estadual e a necessidade da aplicação de recursos é muito grande. Portanto, esta Casa enquanto crítica, deveria aprovar esses créditos suplementares para a saúde.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto possam emitir parecer às matérias.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 003/16, que “dispõe sobre a redução temporária dos subsídios mensais dos cargos existentes na administração direta e indireta do Estado de Roraima”.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem – Requeiro a supressão da leitura do projeto, uma vez que já é de conhecimento dos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Por ser de conhecimento de todos, está suspensa a leitura com as emendas, que já foi objeto de discussão.

Vamos evoluir para discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônico. Votando “sim” os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Lembrando aos Senhores Deputados que o projeto está sendo analisados com as emendas.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 003/16 por 18 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção. O projeto segue para sanção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 007/16.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem – Requeiro a suspensão da leitura do projeto, uma vez que já é de conhecimento dos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Por ser de conhecimento de todos, está suspensa a leitura do projeto com as emendas que já foi objeto de discussão.

Vamos evoluir para discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir a matéria, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Para orientar os colegas de que estamos vivendo um momento de crise, uma situação difícil. Vai mudar o simbolo de governo agora para ter investimento em confecção de material e tudo mais, é desnecessário, oriento votar não.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por rejeitado o Projeto de Lei nº 007/16, com 08 votos sim, 10 não e um abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 008/16.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, tendo em vista, que os Senhores Deputados têm conhecimento da matéria, requeiro a suspensão da leitura.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Por ser de conhecimento de todos os Senhores Deputados o teor da matéria, suspendo a leitura do mesmo.

Vamos evoluir para a discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 008/16, com 17 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 073/16.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, tendo em vista, os Senhores Deputados terem conhecimento da matéria, requeiro a suspensão da leitura.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Por ser de conhecimento de todos os Senhores Deputados o teor da matéria, suspendo a leitura do mesmo.

Vamos evoluir para a discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados

aprovam a matéria e votando “não”, rejeitam,-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 073/16 por 19 votos “sim” e nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

O Projeto de Lei segue para sanção governamental.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 083/16.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, tendo em vista que os senhores Deputados têm conhecimento da matéria, requeiro a suspensão da leitura.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Por ser de conhecimento de todos os Senhores Deputados o teor da matéria, suspendo a leitura do mesmo.

Vamos evoluir para a discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam,-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 083/16 por 19 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 102/16.

Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, tendo em vista que os Senhores Deputados têm conhecimento da matéria, requeiro a suspensão da leitura.

O Senhor Deputado **Jalsler Renier** - Por ser de conhecimento de todos os Senhores Deputados o teor da matéria, suspendo a leitura do mesmo.

Vamos evoluir para a discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam,-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 102/16, por 19 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção. Segue para sanção governamental.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 107/16.

Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, tendo em vista que os Senhores Deputados têm conhecimento da matéria, requeiro a suspensão da leitura.

O Senhor Deputado **Jalsler Renier** - Por ser de conhecimento de todos os Senhores Deputados o teor da matéria, suspendo a leitura do mesmo.

Vamos evoluir para a discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam,-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 107/16, por 19 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção. Segue para sanção governamental.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 113/16.

Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, tendo em vista que os senhores Deputados têm conhecimento da matéria, requeiro a suspensão da leitura.

O Senhor Deputado **Jalsler Renier** - Por ser de conhecimento de todos os Senhores Deputados o teor da matéria, suspendo a leitura do mesmo.

Vamos evoluir para a discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam,-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o projeto com 19 votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção. Segue para sanção governamental.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 113/16, por 17 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Segue para sanção governamental.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 118/16.

Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, tendo em vista que os Senhores Deputados têm conhecimento da matéria, requeiro a suspensão da leitura.

O Senhor Deputado **Jalsler Renier** - Por ser de conhecimento de todos os Senhores Deputados o teor da matéria, suspendo a leitura do

mesmo.

Vamos evoluir para a discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria e votando “não”, rejeitam,-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 118/16, por 18 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Segue para sanção governamental.

Requerimento nº 069/16, de 18/10/16, da Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar possíveis falhas no Sistema Prisional do Estado de Roraima, requerendo, após ouvir o Plenário, prorrogação de prazo para seu funcionamento por igual período.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** - Lido o Requerimento nº 069/16.

O Senhor Deputado **Jalsler Renier** - Em discussão o Requerimento. Não havendo nenhum Deputado para discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordarem com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 103/16.

Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, tendo em vista que os Senhores Deputados têm conhecimento da matéria, requeiro a suspensão da leitura.

O Senhor Deputado **Jalsler Renier** - Por ser de conhecimento de todos os Senhores Deputados o teor da matéria, suspendo a leitura do mesmo.

Vamos evoluir para a discussão da matéria.

Não havendo quem queira discutir, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam,-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 103/16, por 19 “sim”, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Senhor Presidente, estamos no período de discutir o orçamento e o Presidente da comissão prorrogou a apresentação de emendas dos parlamentares. Mas, neste período se discute o orçamento do Estado e do Governo Federal. É fundamental que a Casa, através da Comissão de Orçamento, convide os prefeitos para que a gente possa fazer um orçamento mais participativo, ouvindo os novos prefeitos que estão fazendo um levantamento das suas necessidades no interior para então incluirmos no orçamento do Governo do Estado. Eu já falei com o líder do governo, o Deputado Mecias, sobre parte das nossas emendas irem para a contrapartida das emendas federais, ficar garantido no próprio orçamento o recurso da contrapartida. O Deputado Flamarion me alertou que a grande dificuldade do Estado é conseguir recurso para a contrapartida. Se a emenda de lá vem impositiva e a daqui também é muito mais fácil para a bancada federal alocar mais recursos para o Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Acatado o pedido de Vossa Excelência. Entendo perfeitamente a contribuição que os novos prefeitos poderão dar para essa iniciativa. Até porque a Assembleia Legislativa está criando, com o objetivo de facilitar a vida dos novos prefeitos, um Centro de Apoio às prefeituras, justamente para dar condições aos prefeitos eleitos terem acesso gratuito aos seus projetos, que serão confeccionados pela Assembleia Legislativa. O Deputado Joaquim Ruiz está cuidando pessoalmente para alugarmos um prédio para, exclusivamente, tratar da elaboração de projetos de infraestrutura, saneamento básico, iluminação pública, para que sejam alocados recursos oriundos do Governo Federal. A Assembleia Legislativa está cuidando disso com a maior brevidade para que sejam alocados recursos provenientes do Governo Federal. Já estamos em contato com as instituições para que sejam disponibilizados técnicos para irem moldando e aperfeiçoando os projetos de todos os municípios, independentes de cor partidária.

Nós aprovamos, nesta manhã, 15 milhões de reais por excesso de arrecadação do Governo do Estado para a SEJUC, Infraestrutura e Secretaria de Saúde.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Eu gostaria de comunicar aos meus pares e à sociedade em geral que a audiência pública marcada para amanhã às 15h, foi suspensa devido ao compromisso do Secretário de Saúde fora do estado.

E a audiência pública da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Saúde será realizada dia 27, às 15h neste plenário. Após a Sessão, nós teremos a reunião da Comissão Especial Interna, criada pela resolução nº 041/15, para tratarmos da Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado Jorge Everton. Convido os Deputados: Soldado Sampaio, Izaías Maia, Jorge Everton e Flamarion Portela para permanecerem para a reunião.

O Senhor Deputado **Mecias de Jesus** – Quero, primeiro, agradecer aos Senhores Deputados que entenderam na comissão e no plenário o objetivo deste Parlamentar, como relator do Projeto de Lei nº 003, de autoria governamental.

E como relator do Projeto de Lei nº 003, de autoria governamental, as sugestões que nós fizemos e colocamos no Projeto de Lei é tão somente pela urgência que o estado e a economia brasileira requer. Eu sei que houve alguns colegas aqui no plenário que fizeram comentários sobre o acordo que fiz com A, E, e até com Vossa Excelência, mas sequer Vossa Excelência sabia que eu era relator desse projeto. Eu vi a sua surpresa quando comecei a ler as emendas. Nenhum deputado aqui sabia que eu traria este projeto, hoje. Eu preparei essas emendas com o intuito de ajudar naquilo que eu, como Deputado, como membro da base do governo, já falei, várias vezes nas reuniões com a Governadora e com a equipe de governo, que o governo precisa fazer, no mínimo, uma mini reforma administrativa para conter gastos. Não só eu disse isso, como todos os Deputados da base do Governo também disseram isso em reuniões com o Governo. E como eu era relator do Projeto que a própria governadora mandou reduzir o salário de Secretários, achei oportuno apresentar, neste momento, emendas ao projeto, para ajudar a governadora, facilitando a sua vida nessa reforma administrativa. Como aliado do governo, este é o meu dever e minha obrigação também, como Parlamentar desta Casa, representando o povo de Roraima. Portanto, eu entendo que a minha parte, como Deputado, como defensor do povo de Roraima e como aliado do Governo, é apresentar sugestões verbais, como fiz várias vezes lá no Palácio e em outras reuniões. E como faço agora, através de Projeto de Lei, aprovado nesta Casa Legislativa.

Quero agradecer a Vossa Excelência e aos demais deputados que entenderam o pensamento e a obrigação de todos os deputados. Aqueles que não entendem o meu direito, que entendam, pelo menos, a minha obrigação de contribuir com o meu estado. Obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – O pensamento de Vossa Excelência foi compartilhado com todos os Deputados.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Só para convocar, Senhor Presidente, os Deputados: Coronel Chagas, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Dhiego Coelho e eu, para tratarmos da instalação da Comissão destinada para arguir o nome do Deputado Chicão da Silveira para permanecer no DETRAN, por meio da Resolução nº 030/16.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Eu quero só comunicar que o Governo do Estado ultrapassou o limite do tempo necessário para enviar o nome do Deputado Chicão para esta Casa. A Constituição Estadual fala de trinta dias, e o governo enviou o nome do Deputado Chicão para cá com 36 dias, ou seja, ele passou seis dias do prazo. Mas a Mesa Diretora da Casa flexibilizou, entendeu, acatou e formalizamos a Comissão. O que eu preciso é que a Comissão, agora, eleja presidente e vice-presidente e sabatine o Deputado Chicão o mais rapidamente possível, para que não criemos um constrangimento institucional.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Orçamento, quero informar aos Senhores Deputados que estamos prorrogando o prazo para apresentação de emendas ao orçamento até o dia 29 deste mês. Então, aqueles deputados que ainda não fizeram essas emendas poderão fazê-lo até o dia 29. Informo, também, que para relator da LOA, foi designado o Deputado Marcelo Cabral.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer uso deste Expediente, comunico que amanhã não haverá Sessão, pois estamos com alguns problemas no painel de distribuição e, também, no nosso comando elétrico aqui do plenário, como me foi informado. E, amanhã, nós iremos fazer uma revisão, sob pena de termos uma pane no nosso sistema de uma hora para outra. Então, amanhã não haverá Sessão pela parte da manhã. E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 25 de outubro, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Izaías Maia, Jalser Renier, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

ATAS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2016. PROIBIÇÃO DA VAQUEJADA COMO ATIVIDADE CULTURAL E DESPORTISTA E O IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO NO PAÍS E PARA O ESTADO DE RORAIMA.

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO BRITO BEZERRA.

Às quinze horas do dia dezessete de outubro de dois e dezesseis, no Plenário Noêmia Bastos Amazonas, nesta Casa Legislativa, deu-se a Audiência Pública sobre a Proibição da Vaquejada como atividade cultural e desportista e o impacto social e econômico no País e para o Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – Bom dia a todos. Como Presidente da Comissão Permanente da Indústria, do Comércio e Turismo desta Casa Legislativa, agradeço a presença de todos que atenderam ao convite para participar desta audiência pública que discutirá a “Vaquejada como atividade cultural e desportista e o impacto social e econômico no país e no Estado de Roraima”.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o Senhor Deputado Federal Remídio Monai.

Convido para compor a mesa dos trabalhos a Senhora Secretária da Cultura Selma Maria de Souza e Silva Mulinari.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o Senhor Secretário Adjunto, representando a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wolney Costa.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o Senhor Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima, Vicente de Paula Vasconcelos Barreto.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o Senhor Diretor do Departamento Estadual de Turismo, Ricardo Alves Peixoto.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o Senhor agropecuarista, comerciante e ex-vaqueiro, José Lopes Primo.

Convido para compor a mesa dos trabalhos a Senhora Presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários de Roraima, Tálita Nascimento Viana.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o Senhor Presidente da Associação dos Vaqueiros de Roraima, Antônio Luiz de Pinho Bezerra.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o Senhor Idázio da Perfil, candidato eleito a Vereador no último pleito, sendo o mais votado no nosso município e é também um dos organizadores de vaquejadas no nosso e Estado.

Quero cumprimentar o Senhor Deputado Gabriel Picanço, muito ligado ao setor produtivo e que conhece bem o evento vaquejada e toda a cadeia produtiva que envolve este segmento. Quero cumprimentar o amigo Deputado Dhiego Coelho que cedo me liguou se disposto a vir aqui para defender esta atividade cultural de grande importância. Cumprimento o Deputado Flamarion Portela, cearense que também conhece muito bem o esporte vaquejada e está aqui disposto a defender este evento e este arranjo produtivo do nosso Estado. Cumprimento a secretária adjunta de cultura, senhora Estela Adjafre Pinheiro. Cumprimento todas as amigas e amigos aqui presentes. É uma honra estarmos juntos hoje para discutirmos esse arranjo produtivo nesta Casa Legislativa. Quero também cumprimentar e agradecer a presença do Vereador eleito no Município de Boa Vista, Rômulo Amorim.

Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Estado de Roraima.

(Execução dos Hinos).

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – Convido o Deputado Flamarion Portela para assumir a Presidência dos trabalhos.

O Senhor Presidente **Flamarion Portela** – Com a palavra o Senhor Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente Deputado Flamarion Portela, em seu nome, quero saudar todos os componentes homens da Mesa e, em nome da Secretária de Cultura, Selma Mulinari, saudar todas as mulheres que fazem parte desta Mesa. E, em nome do meu amigo Cavalcante, gostaria de saudar todos os vaqueiros aqui presentes, que os bons vaqueiros se sintam saudados por meio do Cavalcante, pois, ele está se tornando um bom vaqueiro e um grande organizador de festa de Vaquejada. Ouviu Pereira Neto? E, em nome da Kira que está ali na plateia, gostaria de saudar todas as mulheres que se fazem presentes nesta audiência, em defesa deste grande evento no nosso estado e também no Brasil.

Senhoras e senhores, todos nós envolvidos na cadeia produtiva do evento vaquejada, sabemos da última decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da vaquejada, tornando inconstitucional uma lei de autoria do Deputado Wellington Landim, do estado do Ceará, que

transformava a vaquejada naquele estado em evento cultural e desportista. Portanto, a intenção do Deputado foi de regulamentar esta prática, afastando de uma vez por todas a possibilidade de haver maus tratos aos animais. O Ministério Público Federal que é quem tem a atribuição e a competência de ser o guardião da lei entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade e o Supremo decidiu pela inconstitucionalidade. E quero frisar alguns pontos, não tecendo críticas destrutivas, mas críticas construtivas, para ficarmos atentos, enquanto parlamentares, à construção das leis como categoria e como representantes deste segmento para este julgamento, tanto em instâncias inferiores quanto em instâncias superiores. Acredito que após analisar a decisão do Supremo Tribunal Federal na ação direta de inconstitucionalidade, houve por parte do Governo do Ceará, uma defesa que não tinha consistência nem substância suficiente para convencer aqueles juízes de que a vaquejada não é apenas um evento desportista, uma brincadeira, uma pega de boi, que a vaquejada não serve para agraciar amigos ou para o bel-prazer daqueles que possuem alguns cavalos e alguns bois. Todos nós sabemos disso, mas os juízes de notório saber da corte suprema não têm esse conhecimento. E por falta de uma defesa substanciada e por omissão da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, que foi requerida para que apresentasse defesa, mas se omitiu, essa decisão ficou apenas no papel frio da lei. Aqueles juízes que não conhecem a vaquejada a fundo, só conhecem superficialmente e por isso, julgaram à letra fria da lei e tornaram inconstitucional uma lei que tinha um único objetivo. Digo isso com legitimidade e propriedade porque foi de lá, do estado do Ceará e da lei do Dr. Wellington Landim, que nós trouxemos para o Estado de Roraima e aprovamos aqui, deputado Flamarion, a mesma lei com o apoio de todos os Deputados desta Casa, sancionada no Governo anterior com o objetivo único de afastar de vez a possibilidade de maus-tratos aos animais. O nome vaquejada tem mais de cem anos e é prática recorrente há muito mais de cem anos, meu amigo J. Lopes, e o senhor é sabedor disso. Não é mais a pega do boi, que hoje volta a existir lá no nordeste, na qual nós podemos aqui dar a mão à palmatória e entender que nessa prática há a possibilidade de maus-tratos, mas na vaquejada não. Com os avanços que tivemos no setor produtivo e com o poder aquisitivo do homem do campo melhorando, esta prática não é mais apenas uma prática de final de semana para reunir amigos e fazer festejos, ela se tornou um grande arranjo produtivo que movimenta a economia não só do nosso País, mas movimenta a economia de outros países onde já encontramos a prática da vaquejada também. No nordeste brasileiro, sabemos que é o esporte que mais cresce, perdendo apenas para o futebol. No nosso estado de Roraima não é diferente, muitos dos nordestinos que aqui estão e conhecem essa prática e amam este evento. E, aqui, cito o Luiz Timbó e o J. Lopes que foram os primeiros, os pioneiros a investirem neste setor no estado de Roraima, trazendo para cá a vaquejada já como um arranjo produtivo, já com a união de outros segmentos. Gostaria, para conhecimento da imprensa e para conhecimento das senhoras e senhores, que não estão tão atentos a essa grande movimentação em nível de Brasil, de trazer-lhes alguns números da vaquejada. Nós temos só no evento vaquejada 120 empregos diretos. E temos mais de 600 mil empregos indiretos em toda cadeia produtiva. Mas, qual é a cadeia produtiva que está atrelada ao evento vaquejada? São aqueles que cuidam dos bois no pasto, no campo e alugam esses animais para a prática da vaquejada. Aqueles que alugam as tendas, pois os animais conforme a nova legislação e conforme a nova prática de vaquejada, não podem estar expostos ao sol nos currais. Aqueles que tratam os cavalos, que os transportam, os que vendem rações, os donos de bares e restaurantes fazem parte desse segmento. Aquelas barraquinhas que ficam atreladas ao lado da arena vendendo chapéus, botas, acessórios, etc para a vaqueirama e para todos que participam da vaquejada também fazem parte deste segmento e estão dentre os demais incluídos nesses 650 mil empregos indiretos. E vejamos só, o momento em que vivemos neste País é de crise institucional, crise política, crise ética e moral e, acima de tudo, crise econômica, desempregar 600 mil pessoas não é uma decisão inteligente. Essa não é uma decisão que pode ser tomada assim, mas cabe a nós brasileiros, à classe política e sobretudo a todos aqueles que estão envolvidos neste grande segmento se manifestarem, a classe política em especial. Circulam mais de 650 milhões de pessoas nesses eventos anualmente, ou seja, 650 milhões de pessoas circulam nesses grandes eventos comprando, vendendo, consumindo, enfim, contribuindo para o fortalecimento da nossa economia.

Aqui no estado de Roraima, nós temos nove parques de vaquejadas públicas, veja só o contrassenso. Como vamos tornar impraticável uma cultura secular, sendo que o próprio poder público vem investindo nele? Secretária de Cultura Selma Mulinari, é a cultura do povo brasileiro, sobretudo do povo nordestino que foi tornada inconstitucional. Mas temos nove parques públicos aqui no Estado, ou seja, recurso público investido em algo que é inconstitucional ou que ficou omissa por anos, ou

que ninguém atentou quando havia realmente maus-tratos aos animais. Nós temos 20 parques de vaquejada privados. Temos em torno de 30 eventos de pequeno e grande portes. Eu gostaria que neste evento pudéssemos juntos encaminhar uma solução que certamente não apenas se contrapor a decisão do Supremo Tribunal Federal, a Corte maior. O Supremo Tribunal Federal quando julga pelo seu colegiado é uma decisão transitada e julgada, portanto tem que se cumprir e, após decidida e publicada a decisão, qualquer juiz de primeira instância pode avocar essa decisão após ser arguido por um cidadão comum, ou por uma associação e caso que entenda que essa prática é maléfica, ou que traga maus-tratos aos animais, ele pode muito bem tornar impraticável esse evento a partir dessa decisão. Portanto, não foi só a lei do Ceará que foi tornada inconstitucional e não é só naquele Estado que não se pode praticar. Se um juiz de primeira instância não tiver a coragem para entender que a nova prática, o novo molde que é praticado não trás os maus-tratos aos animais, ele pode muito bem determinar que não haja o evento.

Então, todo o Brasil está hoje sofrendo por esta decisão. E aqui quero dizer aos amigos, que apesar de não ter notório saber jurídico como os Ministros do Supremo Tribunal Federal, tenho certeza que alguns daqueles e até ousou em dizer a Ministra Carmem Lúcia, que deu o voto de minerva, não tem o conhecimento que eu tenho, que qualquer um de vocês aqui nesta platéia, qualquer um daqueles que sobrevivem do evento vaquejada, aqueles que talvez nem montem no cavalo, aqueles que nem têm um cavalo, mas que tiram o pão de cada dia para colocar na mesa dos seus filhos a partir desse evento tem. E volto a dizer que, como não tenho o notório saber jurídico da Ministra, ela também não tem o notório saber nem o conhecimento sobre esse arranjo produtivo que é a vaquejada no Brasil e, em especial, no Estado de Roraima.

Portanto, Senhoras e Senhores, convidei, os Deputados Estaduais desta Casa, que certamente têm outros afazeres, têm suas bases, seus projetos e não puderam estar aqui presentes. Convidei os Senadores e os Deputados Federais, porque entendo que essa luta é agora uma luta política, não sobrepondo a decisão do Supremo Tribunal.

Quero aqui agradecer a presença do Deputado Federal Remídio Monai, pois desde o início estamos conversando e buscando uma saída para que o povo brasileiro e não só os amantes e os praticantes da vaquejada sejam contemplados. E ele já me garantiu que um Projeto de Lei que está aqui, sobre o qual ele vai falar na Câmara Federal, de autoria do deputado Capitão Augusto, que já foi aprovado na Câmara Federal, segue para o Senado, já tem parecer favorável e que até o dia 25, salvo engano, estaremos votando no Senado Federal para tornar a vaquejada e os esportes equestres, aqueles praticados com cavalos, sejam considerados um patrimônio cultural e imaterial do nosso país. Mas a briga não termina aí. Não há como o Supremo Tribunal Federal arguir inconstitucionalidade de uma prática cultural e imaterial. Isso é impossível. Mas temos que definir, através de outro projeto de lei, como podemos praticar esse evento cultural e imaterial. Acredito Deputado Remídio que com a força política de Vossa Excelência e unidos com os demais Deputados daqui e a bancada do nordeste poderemos levantar essa questão de forma mais enérgica. Vou na segunda-feira para Brasília, a convite do Deputado Remídio. Nós vamos nos reunir com a bancada do nordeste e levar Roraima para este grande evento, para que juntos possamos, de maneira rápida, construir um novo PL nos moldes das leis estaduais, como foi feito aqui no estado de Roraima, através de uma lei de minha autoria, que cria os critérios para a prática da vaquejada, prática que todos nós sabemos que hoje não traz maus-tratos aos animais.

Não se pode mais montar no animal com espora cortante, esporar e sangrar o animal sob pena do vaqueiro ser desclassificado, não pode usar a chibata, não pode usar cerca de arames farpados, porque os animais se rasgavam todos no evento e não pode mais ter o choque. Hoje, os animais devem ter que alimentos e águas nos currais, os currais devem ser cobertos. Temos que ter médicos veterinários, Doutor Vicente, e na nossa lei foi colocado isso. Também temos que ir à agência de Defesa Animal para ver a questão do VTA, para ver a sanidade do animal, como forma de comprovar que ele não está sendo maltratado. O local da prática deve ter policiamento e ambulância para cuidar também de todos que estão e participam do evento. Não pode, de forma alguma, haver maus-tratos aos animais. Então, quero acreditar, de coração aberto, que a decisão do Supremo Tribunal Federal, sobretudo o voto de minerva da Ministra Carmem Lúcia, foi por não conhecer a fundo, por não saber sequer o que é a prática da vaquejada em nosso País.

Quero aqui cumprimentar e agradecer a presença do Deputado Sampaio que está ali com chapéu de couro na cabeça, e olha que ele não é vaqueiro não, é somente um dos defensores desse arranjo produtivo que nós estamos aqui defendendo.

Então, quero acreditar que nós podemos até ter, por parte do Supremo Tribunal Federal, não digo uma decisão contrária, pois acredito isso ser impossível, mas digo, contemplar esse movimento em nível de

Brasil e do Congresso Nacional, Deputado Remídio, de forma diferente e contemplar esse movimento com o olhar de quem realmente entende o momento em que o Brasil passa hoje, um momento econômico difícil. Mas nós não podemos, de forma alguma, deixar que mais de 600 mil pessoas, ou seja, mais que a população do Estado de Roraima todo, fique desempregada no nosso País. Portanto, é um trabalho extra da classe política, ao nos agruparmos, nos irmamos, ombro a ombro, lado a lado com todos vocês que são vaqueiros, produtores, promotores de eventos e que vivem direta e indiretamente do evento vaquejada e colocam na mesa da sua família o pão de cada dia a partir desse trabalho, um trabalho honesto, idôneo, árduo, mas que todos nós fazem com amor. Muito obrigado pela atenção de todos e vamos juntos trabalhar e torcer pela mudança. É uma honra estar aqui com vocês.

Quero cumprimentar a Senhora Maria José Rodrigues de Jordão, empresária e representante do seguimento de bares e restaurantes, nossa amiga Jô que está aqui e também é uma das grandes entusiastas dos eventos equestres do nosso Estado. Muito obrigado, a presença das senhoras muito nos honra.

Quero também cumprimentar o Senhor Douglas Maciel Lopes, Vice-Presidente da Associação dos fiscais agropecuários do Estado de Roraima. Sua presença muito nos honra.

Convido para fazer uso da palavra o amigo Ailan Oliveira, representando a Associação dos Vaqueiros de Roraima.

O Senhor **Ailan Oliveira**, representante da Associação dos Vaqueiros de Roraima – Meu bom dia. Quero pedir licença, Deputado Brito, para quebrar um pouco o protocolo e cumprimentar primeiro meus amigos vaqueiros, amantes do esporte, da vaquejada, prova de laço, tambor, enfim, um abraço. É pela gente, pelo o esporte que a gente está aqui hoje.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Brito e parabenizá-lo pela iniciativa, pela coragem, pela forma combatente que o senhor vem defendendo o nosso esporte. Quero cumprimentar em especial meu amigo Idásio, vereador, o mais bem votado de Boa Vista e o nosso amigo Cavalcante, pois são amigos lutadores que incentivam o nosso esporte aqui.

Quero iniciar falando da origem da vaquejada, porque hoje é muito comum ouvir as pessoas criticarem a vaquejada sem nenhum conhecimento. E isso é muito triste. Inclusive, no voto decisivo da relatora Carmem Lúcia, ela foi enfática ao afirmar que estava julgando, mas que não tinha conhecimento e que nunca tinha visto uma prova, e que estava julgando com base em um vídeo. Veja isso, como você vai julgar algo tão importante, que mexe com a cultura, com a raiz de um povo dessa forma? Os historiadores falam da vaquejada em torno de 1870, ou seja, aí já se vão quase 150 anos de tradição de uma cultura e você vai julgar isso por vídeo, por informação do achismo? Isso é muito triste. As pessoas estão julgando as vaquejadas como se a vaquejada tivesse acabado de ser inventada, quer dizer, não sabem sequer a origem da vaquejada. A vaquejada não nasceu puramente como um esporte, nasceu devido à necessidade do sertanejo na lida com o gado na caatinga e aos poucos foi passando por transformação até chegar hoje na vaquejada que a gente conhece. Hoje, pesa sobre mim uma responsabilidade muito grande, que me foi colocada pelos meus amigos vaqueiros, amigos da vaquejada que estão todos aqui, porque a triste decisão do STF nos deixou muito aflitos, sem saber o que vai acontecer com a vaquejada. Mas, de sorte, isso serviu para mostrar a força do nosso esporte, a força do vaqueiro brasileiro, do vaqueiro nordestino que se uniu numa só voz, numa só corrente para ir à Brasília lutar pelo que a gente acredita e fazer a verdadeira justiça.

Dia 25 haverá uma grande mobilização em Brasília que, certamente, vai contar com representantes de Roraima.

Mas, eu queria aqui, Deputados Brito e Remídio, começar a falar que a vaquejada, na verdade, é festa de apartação, é a festa do mourão. No passado, logo depois da estação chuvosa, os fazendeiros realizavam as chamadas festas de apartação que nada mais eram que buscar os bois que se misturavam com os dos vizinhos, porque naquela época às fazendas não tinham cerca e era muito comum os bois se misturarem uns com os outros. Então, quando chegava certa época do ano, eles se juntavam para fazer a apartação, separar os gados, ferrar, pois alguns desses gados iam para a comercialização, outros eram ferrados, vermifugados, enfim. Então, hoje ainda se usa essa terminologia apartação para falar da vaquejada. Outro momento importante era a corrida de Mourão. O homem vive em uma eterna disputa e logo começou a divulgação dos homens bons, dos vaqueiros corajosos, dos cavalos mais habilidosos e isso foi se tornando uma competição. No nordeste, há tempos atrás, todos nós sabemos a realidade, não havia muita atração, não se tinha lazer, então, logo começou, nos arredores das vilas, das grandes fazendas, a junção daqueles vaqueiros que queriam mostrar a sua bravura, a agilidade do seu cavalo e isso gerou um tipo de disputa. Mas eles não tinham como avaliar isso. Então tinham que

pegar, soltar os bois e sair na tentativa de derrubá-los até a marca onde ficavam os mourões, e quem derrubava o boi em um curto espaço de tempo era o melhor. Essa prática ficou conhecida, também como a festa do Mourão. E a vaquejada foi evoluindo, mas isso tudo que estou falando foi uma coisa natural, decorrente da evolução do homem. Quem conhece o semiárido brasileiro sabe da vegetação da caatinga, que não tem como você usar laço, não tem como você usar corda. Antigamente, o vaqueiro entrava na mata vestido com aquela roupa de couro em busca do gado e a única forma que ele tinha para tentar imobilizá-lo era através do rabo. Essa é a cultura. Daí, então, surgiu o molde da vaquejada. Quero aqui citar que uma das primeiras revistas que tratava diretamente da vaquejada chama-se Conexão vaquejada. Isso começou em torno do ano 2000 e, naquela época, se discutia onde tinha sido a primeira vaquejada no Brasil. Então, a disputa estava entre Itapebussu no Ceará e Surubim no Pernambuco. Durante muito tempo essas cidades ficaram disputando onde teria sido a primeira vaquejada, só agora, num passado muito recente, surgiu a ABVAQ que fez um estudo, um levantamento e descobriu onde surgiu a vaquejada. Mas, na verdade, pouco importa onde foi a primeira, o que importa é que a vaquejada hoje rompeu a fronteira do nordeste e está em todas as regiões. Todavia, descobrimos que a primeira vaquejada foi na cidade de Morada Nova, no Ceará, embora o Rio Grande do Norte tenha sido apontado como o Estado que deu o primeiro passo para a prática da vaquejada. O historiador Câmara Cascudo dizia que por volta de 1810, vejam vocês, ainda não existia vaquejada, já se tinha conhecimento de uma prática conhecida. Então, na região do Seridó do Rio Grande do Norte, mais especificamente no Município de Currais Novos, já se praticava isso, não a vaquejada em si, mas uma prática muito parecida. Somente em 1874 apareceu o primeiro registro de informação sobre a vaquejada, feito pelo escritor José de Alencar que escreveu a respeito da puxada de boi pelo rabo, mas não como atividade nova, deixando claro que a prática já existia. Pela tradição falada, descobriram que antes de 1870 já se praticava a vaquejada no Seridó Potiguar. Então, vejam vocês, quando o STF julga essa lei de inconstitucionalidade do estado do Ceará, não está pondo fim na vaquejada pura e simplesmente como esporte, como as pessoas querem colocar, na verdade, está pondo fim em uma cultura, em uma atividade que está intrínseca ao homem sertanejo, que está enraizada, que está no DNA do povo do nordeste, do povo do norte, como diz o poeta Eliaquim: “Quem é filho do norte, é neto do nordeste”. E eu me coloco nessa posição, pois essa paixão pela vaquejada vem pelo DNA. Mas, enfim, quando se julga isso, não se está apenas julgando a prática da vaquejada, mas como é vista hoje, como um comércio, com maus-tratos. E eu vou mostrar adiante que não existem maus-tratos, mais sim, que estão julgando uma cultura, uma atividade milenar que está enraizada no sangue, no DNA do povo nordestino como eu já falei. Só para se ter uma ideia, temos registros de vaquejadas no Parque da Pecuária situado na cidade de Maceió/Alagoas, no ano de 1952, temos fotos e registros. Queria citar aqui um fato curioso que aconteceu no município de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, quando o então Deputado Teodorico Bezerra, conhecido como o Imperador do Sertão, na época, fez uma vaquejada. Quem conhece sabe que o município de Santa Cruz é a cidade santuária, a cidade de Santa Rita de Cássia. E eu trouxe um dado aqui importante, há um cartaz da época que diz: Vaquejada de Santa Cruz, dia 13, 14 e 15 de agosto de 1955. Esse fato é curioso: “como homenagem ao grande homem público, o Deputado Teodorico Bezerra fará realizar imponente vaquejada na cidade de Santa Cruz, em homenagem ao Doutor Juscelino Kubitschek, candidato do PSB à Presidência da República”. Vejam vocês, naquela época fazia-se vaquejada para homenagear o grande JK. Olhem a premiação: Um garrote holandês puro sangue, oferta do Governador Sílvio Pedrosa (na época); segundo prêmio, uma poldra de raça; terceiro, um poldro de raça; quarto prêmio um casal de carneiros cabeça preta e um casal de porcos Duroc. Essa era a premiação da época de 1955. Era uma vaquejada em homenagem ao então Presidente Juscelino Kubitschek. E vejam como a história e a raiz da vaquejada se mistura à cultura do Brasil. Mas, na verdade, eu quero enfatizar que quando se tenta acabar com a vaquejada, se tenta acabar com um pouco da história, da tradição do nosso povo e da nossa gente. Para concluir, queria só trazer alguns dados da vaquejada moderna, algo muito importante e que me deixa preocupado. Praticamente vi nascer, Antônio do Leite, os filhos do Timbó, do Luiz Timbó, o André, Rafael, Felipe. Conheci o seu Quindô, pai deles, quando chegou aqui e também era amante da vaquejada. Inclusive, semana passada, o Luiz colocou no grupo uma foto do seu Quindô entregando um troféu de vaquejada. Tive a oportunidade de praticar a vaquejada com o Luiz, com o Almir e hoje vejo os filhos deles praticando a vaquejada, ou seja, já estamos na terceira geração, Deputado Brito, por aí vai. Então, como dizer para esses meninos, para os meninos que estão começando na vaquejada, que essa tradição, essa cultura que passa de pai para filho, de geração para geração, agora é crime, que não podemos mais fazer. É muito

triste vemos esse momento que a vaquejada está passando, mas nós não vamos nos deixar abater, vamos lutar até o nosso último fôlego. E quero também falar da vaquejada moderna, pois essa sim se tornou um negócio que movimentou milhões de reais por ano. Então, segundo os dados da ABVAQ, é de aproximadamente quatro mil o número de eventos realizados no Brasil. Dados mostram que só os leilões movimentam cerca de um milhão de reais por ano. Arenas lotadas com média de público superior a 80 mil pessoas, com premiações milionárias que durante todo o ano movimentam milhões de reais, segundo a revista Dinheiro Rural. A Gazeta Web de Alagoas afirmou que a vaquejada movimentou mais de 62 milhões de reais por ano, só em Alagoas. A vaquejada movimentou diversos subsectores que vão da veterinária, do ferrador, do ambulante até as grandes fábricas de ração e de produtos veterinários, passando pelos haras, hotéis, restaurantes, enfim, e movimentou toda uma cadeia produtiva e de serviços. A Tribuna da Bahia publicou matéria enfatizando a importância da vaquejada para a economia nacional. A vaquejada rende cerca de 600 milhões de reais e o movimento cresce cerca de 20% ao ano. Vejam só, 600 milhões e três milhões de adeptos. Evento profissional que reúne empresas e criadores, trabalho que às vezes envolve toda uma família. São 700 mil trabalhadores direta e indiretamente na vaquejada, mais que a população de Roraima. É como se fosse a população de Roraima e mais um pouquinho desempregada. Se acabarmos com a vaquejada estaremos fechando todas essas portas de empreendimentos. Então, só para se ter uma ideia, Jhonatan Dantas que realiza a vaquejada em Xerém, no Rio de Janeiro, é proprietário de um haras e tem um ganhão por nome de Roxão, que só esse animal já apurou em cobertura cerca de 20 milhões de reais, com 700 filhos vendidos. Ele tem três novos ganhões americanos para manter a qualidade dos leilões. Só em dois leilões, este ano, ele faturou mais de 10 milhões de reais. Então, vejamos o quanto que movimentou de dinheiro, deputado Flamarion, e quantos setores e subsectores da economia a vaquejada movimentou. Esses são dados que não podemos deixar de citar, mas não são os mais importantes. As pessoas hoje olham a vaquejada como um negócio, mas, na verdade, temos que mostrar a raiz, como tudo começou. Ela se tornou hoje esse evento grandioso, como eu já falei, pela evolução natural do homem e das coisas, mas no fundo a vaquejada não tinha essa intenção. Acho que nem os mais otimistas achavam que a vaquejada iria chegar a esse patamar. As pessoas criticam sem conhecimento, falando que a vaquejada maltrata, que a vaquejada judia os animais. Quero colocar aqui que a vaquejada, como outros esportes evoluiu muito. Hoje, para se ter uma ideia, há equipe profissionalizada só no manejo do boi no curral. Antigamente, usava-se choque para se colocar os bois, mas isso foi abolido, não existe mais. Não se pode maltratar mais o boi para entrar no bret. Hoje, as pistas de vaquejadas são bem forradas, com média de 40 a 50 centímetros de areia. Só para se ter uma ideia, no meio da competição a gente para, agoa a pista para que não tenha poeira e passa o trator para deixar a terra mais fofa para a queda do boi. Antes era muito comum romper o rabo do boi na hora de puxar. Hoje já existem protetores de cauda fabricados com material de fibra que não se rompem. São colocados na base do rabo do boi e vão até a sua extremidade, onde o vaqueiro enrola na luva e não tem mais perigo de romper. Para quem conhece, o protetor funciona mais ou menos como o tipiti que prensa a farinha, quando você puxa o rabo do boi ele se ajusta para evitar que quebre e depois volta ao normal. Então, a vaquejada tem evoluído.

Com relação aos cavalos, hoje são animais muito caros. E é muito comum a doma racional, não é mais aquela doma em que se monta e espanca o animal. Hoje, não se pode mais usar esporas cortantes, ela tem uma esfera na ponta. Foi abolido o chicote, porque não pode mais bater no animal. Você não pode mais colocar aquele ferro na narina do animal, que a gente chamava de cabeção, ele tem que estar forrado para o animal não ter sangramento. Então, a vaquejada foi se adequando. O gado que participa da vaquejada hoje vem de pessoas que vivem disso, de alugar animais. Então, são bois confinados, são bois fortes com uma média de 20 arrobas. É uma boiada forte, mineralizada e vacinada. Hoje se tem todo esse cuidado com a vaquejada.

Para finalizar, quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela sua iniciativa, pois isso é muito importante para nós. Vamos fazer força agora no Congresso Nacional para que seja aprovado esse PL, para que, enfim, a vaquejada se torne um patrimônio cultural e imaterial do Brasil e possamos praticar a nossa atividade com tranquilidade. E eu queria finalizar lendo aqui, muito rápido, algo que sintetiza bem neste momento a interação entre cavalo, homem e boi, que é a oração do cavalo. A oração do cavalo diz muito bem o que significa a vaquejada, mostrando a interação que existe. Ela começa assim: “Meu senhor e meu dono, a festa vai começar. Agora, nós somos três: eu, o boi e meu amo. Não me maltrate e eu sempre o levarei sobre minhas patas velozes. Não puxe o freio com força, pois eu conheço esse caminho de tantas e tantas vezes que percorri. Não reclame da poeira

que aqui levantamos, pois o mesmo ar que respira o boi, o cavalo, também respira o homem. Se cair, que seja o mais longe possível das minhas patas perigosas para que eu não possa vir a machucar o meu dono e meu senhor. Mas seja forte e digno, se vencermos, pois somos dois contra um. Valentes e humildes, se perdermos, pois ainda assim seremos dois contra um. E aí, quando tudo isso terminar, me dê o devido carinho. Dai-me de comer e beber. E aí vá até o pódio receber o troféu que é meu e ao mesmo tempo é seu. Aí retorna a pista de areia para que possa, humildemente, pedir perdão ao terceiro herói da rodada: o boi, que com o seu hálito quente aqueceu o berço do pobre Menino Jesus.” Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – Muito linda a oração do cavalo. Nessa época em que foi feita essa oração ainda podia haver a competição sem a irrigação da pista. Hoje é sem poeira porque a pista é irrigada durante a competição.

Quero cumprimentar e convidar para a Mesa, o delegado Eduardo Varen, que é da Delegacia de Defesa do Meio Ambiente. E como todo esse evento tem a ver com o meio ambiente, sua presença muito nos honra, é uma contribuição para nós. Eu também tenho que frisar a importante presença da Kika, protetora das mulheres. Ela está ali com a faca na mão, entusiasta, em defesa da vaquejada. Então, o meu amigo Nego Bola, o Gleidson, muito animado ali, que veio aqui para defender a vaquejada, parabéns!

Agora, convido e limito o tempo em três minutos, porque são muitos os contribuintes que estão aqui nesta Mesa e alguns Deputados que queiram fazer uso da palavra, para vermos a importância que tem para a cultura e a economia a vaquejada em todo o Brasil e, em especial, aqui em nosso estado. Mas, nós temos que nos ater a um encaminhamento necessário para que possamos reverter essa situação no Tribunal Federal e encontrar um caminho político no Congresso. Convido o Deputado Remídio, Deputado Federal, para fazer uso da palavra.

O Senhor Deputado Federal **Remídio Monai** – Bom dia a todos. Senhor Presidente Brito Bezerra, obrigado pela oportunidade. É um prazer estar aqui. Senhores Deputados meus velhos amigos aqui presentes; à Selma Mulinari, em nome da qual cumprimento todos os demais secretários; ao meu amigo Luiz Timbó, empresário praticante das vaquejadas, em nome do qual eu cumprimento toda essa classe lutadora aqui presente; vereadores; funcionários desta Casa que sempre tão gentilmente nos recebem aqui; Senhoras e Senhores esta causa não é uma causa só dos praticantes e representantes da vaquejada, ela deve ser uma causa de toda a sociedade, dos governos, do parlamento, para que possamos buscar uma solução para esse impasse causado a esses eventos que proporcionam tantas alegrias, geram emprego e renda durante tantos anos neste país. E por que só agora, num momento de dificuldade pelo qual passa o nosso país, chegaram a conclusão de proibir a prática da vaquejada? Eu represento, na Câmara dos Deputados, a frente parlamentar do rodeio e da vaquejada, e junto ao nosso presidente, capitão Gursen, do Estado de São Paulo, meu amigo e colega de partido do PR, estivemos em alguns eventos, entre eles, o rodeio de Barretos, defendendo essa causa. Nós sabíamos dessa tramitação, então, começamos a buscar os meios que pudéssemos garantir que esses eventos se mantivessem. Deputado Brito, não esperávamos que fosse tão rápida a tramitação do Judiciário, de forma que foi decidida a proibição. Então, nós aprovamos, na quinta-feira, o Projeto de Lei nº 024, que eleva o modelo com suas manifestações artísticas culturais à condição de patrimônio cultural e imaterial. E aí entram as vaquejadas e demais eventos parecidos. Essa é uma forma de a gente transformar esses eventos em manifestações artísticas e culturais para que não sejam proibidos. Mas o fato é que a decisão judicial já foi tomada e como na Câmara a grande maioria dos deputados é do nordeste e do norte, muitos já se pronunciaram contra essa decisão. A Câmara, através do nosso Presidente Rodrigo Maia, colocou o setor jurídico para verificar as brechas na lei, para que possamos recorrer junto ao judiciário e ver se podemos reverter isso ainda, via judiciário.

Por outro lado, eu quero comunicar que além desse projeto que foi aprovado na Câmara e que agora foi encaminhado para o senado, tem também outros dois Projetos de Lei 2452 e 3024, que já estão em tramitação e esta semana nós iremos dar celeridade a eles, os quais regulamentam esses eventos. Mas, também, está marcada para o dia 25 deste mês uma audiência pública no auditório Nereu Ramos, da Câmara, onde este assunto será discutido e onde ouviremos todo o setor envolvido. Está programado vir gente do País inteiro para com sugestões sobre quais critérios serão regulamentados. Então, será ouvido todo o setor produtivo envolvido nos eventos, para que possamos regulamentar já nessas Leis 2452 e a 3024, que estão tramitando. Então, eu creio que será benéfico participarmos desse evento no dia 25 e convido os deputados aqui presentes, toda a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado e o setor produtivo a se fazer presentes no dia 25, em Brasília, na Câmara, no Auditório Nereu Ramos. Estarão lá caravanas do Brasil inteiro. Há previsão da participação de cavalos,

de caminhões e de pessoas envolvidas no setor. Tem gente que já chegou a Brasília. Quando eu estava vindo para Boa Vista, já tinha caminhões, cavalos e várias pessoas dizendo que iam esperar até o dia 25 para poder participar desse evento. Então, eu quero convidar a todos que puderem ir à Brasília, para juntos apresentarmos soluções para a regulamentação o mais breve possível desses eventos que são de fundamental importância.

Nós já temos aqui no Estado de Roraima muitas leis que restringem, ora no meio ambiente, ora no setor produtivo, ora os minérios ou na questão indígena, mas não podemos restringir o que gera emprego e renda, além de dar alegria a tanta gente, como é o caso dos rodeios e das vaquejadas. Então, fica aqui o convite para podermos tratar dessa questão com muito carinho. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – Obrigado, Deputado Remídio, pela contribuição. Estou vendo ali nosso amigo Orlando do lanche, prestando atenção. Está ali também o Antônio Leite, grande vaqueiro. E eu gostaria de saudar aqui o amigo Pereira Neto, o Júnior também, filhos do Seu Carlos Pereira, que os inseriu na vaquejada, pois estavam presentes quando o ex-governador José de Anchieta sancionou esta Lei no Jockey Clube. Foi uma grande demonstração, apesar de sermos adversários políticos, mas foi ao Jockey numa grande vaquejada, organizada pelo Cavalcante, pelo vereador Idázio, que também está presente para sancionar esta lei. Então, não poderia deixar de fazer essa menção aos amigos.

Quero convidar para fazer uso da palavra a Presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários de Roraima, a senhora Tálita Nascimento Viana.

A Senhora Presidente da Associação dos Fiscais Agropecuários de Roraima, **Tálita Nascimento Viana** – Bom dia a todos os Deputados. É um prazer estar aqui. Muito obrigada pelo convite. A Associação dos Fiscais Agropecuários do Estado de Roraima é uma entidade pequena, mas que está engatinhando. Nós estamos criando forças, graças a Deus. É uma satisfação estar participando desse evento. E como o senhor falou e todos relataram aqui sobre a vaquejada, onde todos os pontos são cruciais em relação à geração de empregos e segurança do vaqueiro e do animal, é a mais uma pura verdade a falta de desconhecimento da causa. Nós falamos de uma questão cultural, porque hoje temos 15 municípios no estado que realizam esses eventos. E a maioria deles são vaquejadas. O material que se disponibilizou reforça a questão do desconhecimento, quando eles colocam que a vaquejada simplesmente é uma questão de puxar o rabo do boi. Nós temos pessoas que são responsáveis por todo esse contexto. Eu falo do veterinário Marcus Vinícius, que está hoje presente. Ele faz a segurança e normalmente faz questão da ART que mostra a segurança aos vaqueiros e a nós que, como fiscais agropecuários, estamos sempre presentes a esses eventos. Gostaria de dizer ao senhor que estamos à sua disposição, que somos a favor e estamos ao seu lado. E também que o senhor pode contar comigo para o que precisar com relação a mostrar a eles o conhecimento do que é realmente a vaquejada. A Lei 900, que o senhor disponibilizou fala de toda a questão de bem-estar e sanidade desses animais. Muito obrigada a todos e bom dia.

O Senhor Presidente da Comissão Permanente de Indústria, Comércio e Turismo Deputado **Brito Bezerra** – Obrigado Tálita. Como fruto dessa audiência e dessa grande mobilização, nós teremos uma carta, a qual terá encaminhamento para uma saída em nível político em Brasília. Eu vou levá-la segunda-feira para Brasília onde vai haver essa manifestação.

Convido para fazer uso da palavra o Presidente do Jockey Clube, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Roraima, José Fábio Martins da Silva.

Convido o Senhor Deputado Soldado Sampaio para fazer parte da Mesa dos trabalhos, pois com esse chapéu o senhor está representando muito bem a vaquejada, o nordeste e o maranhão.

O Senhor representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Roraima e Presidente do Jockey Clube de Roraima, **José Fábio Martins da Silva** - Excelentíssimo Senhor Presidente desta Audiência Pública, Deputado Brito Bezerra, demais componentes da Mesa, em nome de Vossa Excelência cumprimento todos os presentes, colegas vaqueiro, tamboristas e todos os envolvidos no esporte equestre em nosso estado. Também quero cumprimentá-los em nome do nosso amigo Orlando do lanche, do Cavalcante, do Dácio e demais participantes que já organizaram vaquejada em nosso estado, pois estamos nessa luta há vários anos. Recordo-me muito bem quando cheguei ao Jockey Clube, fazia 20 anos que aquela pista não via uma vaquejada, estava coberta de melão, mas, com nossos esforços, sem apoio público, fizemos o melhor que pudemos, porque é muito fácil falar, mas, apoiar e contribuir para o esporte é mais difícil. E é isso que nós queremos e esse é o momento oportuno, da união da classe, dos que estão envolvidos no esporte equestre. Eu estava assistindo um documentário recentemente em São Paulo e o que mobiliza em termos de recursos esse esporte são coisas muito grandes. Nós temos hoje a venda de

animais e vendas de coberturas que giram em torno de mais de 16 bilhões de reais por ano no nosso país, gerando quase 750 mil empregos, como já falaram os que me antecederam. Fico triste por se tratar de uma decisão de inconstitucionalidade da lei, não pela proibição da vaquejada, mas por inconstitucionalidade da lei, que torna o esporte cultural proibido nos estados. Essa inconstitucionalidade atinge todo o negócio de cavalos, sem exceção, a corrida, o tambor, a vaquejada, enfim, todo o esporte. Vimos, recentemente, no Ceará, que um animal que valia 100 mil reais estava sendo vendido por 20, 30 mil reais. Uma cobertura no Roxão que custa 25 mil reais está sendo ofertada por dois mil reais. Então, a proibição atinge todo o comércio de cavalos no País inteiro. É um prejuízo absurdo, sem falar na cultura porque essa é incontestável. Eu nasci na vaquejada, mas, devido uma lesão no joelho, não corro mais, em razão da minha questão física. Às vezes, ainda bato esteira na brincadeira. Nasci no sertão da Paraíba, divisa de Pernambuco com o Ceará e lá todo final de semana tem uma vaquejada. Devido ao número de pessoas envolvidas nesse esporte, a proibição causará um prejuízo incalculável para o esporte, para as famílias, para as pessoas que ali trabalham e se sustentam daquela atividade. Estava pensando comigo mesmo, como é a nossa política nacional, como ela é hipócrita. Eu nasci no sertão, na seca, passei com meu pai a seca dos anos 70, quando tinha 9, 10 anos e presenciei animais com 30, 40, 60 dias morrendo de fome e sede por causa da seca. Nós vimos hoje a seca em nosso sertão e cadê os movimentos dessas pessoas, do Ministério Público Federal e Estadual, que têm poder para fazer política nesse sentido e não fazem? O animal sofre muito mais no girau passando fome e sede e ninguém se preocupa com isso, mas se preocupa com um esporte como a vaquejada, onde os animais são selecionados, com 400 quilos para participarem do evento e, geralmente, vão para o abate. Quais são os maus-tratos que sofrem esses animais? Tanta coisa mais importante nesse país para se preocupar, ai vêm julgar a inconstitucionalidade de uma lei, como falou o Aylam, o Deputado Remídio, o Deputado Brito, com o fundamento em elementos subjetivos, sem terem sequer conhecimento da prática ou conhecimento do esporte. Eu já organizei diversas vaquejadas aqui no estado, sou um defensor da vaquejada, da corrida e de todos os esportes que envolvem o animal e sei o quanto geram emprego e renda. Não é só a pessoa que cuida do cavalo, é o ambulante, é a pessoa que vive da agropecuária, porque se acabar a vaquejada no país, vão atingir diretamente as agropecuárias do país inteiro que geram emprego e renda, a venda de medicamentos para os animais, principalmente no que diz respeito ao cavalo de corrida. O esporte mais forte no Estado de Roraima é a corrida de cavalo, em todas as comunidades nós temos hoje um prado de corrida de cavalo. Agora em novembro teremos corrida no Chico Peixoto, um grande evento que ele vai fazer na Confiança, Vicinal III, ele estava querendo saber como se mobilizar para fazer o encaminhamento. Não estamos aqui para fazer um discurso político, estamos aqui para fazer um encaminhamento e achar uma solução dessa decisão que foi tomada pelo STF de inconstitucionalidade dessa lei, porque temos que fazer uma PEC para regulamentar e tornar lei definitiva, mesmo inconstitucional, porque na nossa Constituição Federal não tem nada definido nessa questão dos esportes individualizados. Portanto, temos que encaminhar algo, aproveitando que o Deputado Remídio que está aqui para nos organizar, porque é uma forma de confraternizar com todo o país. Temos que encaminhar, deixar o discurso e ver o que podemos tirar desta Audiência Pública para poder sensibilizar nossos Deputados Federais, porque a competência deles para que possam aprovar um PL para que não tenhamos esse prejuízo absurdo. A OAB se solidariza com a causa, estou aqui autorizado para representar a entidade, fui nomeado para representá-la e estamos à disposição para fazer o encaminhamento. Eu vejo, juridicamente falando, não vejo como discutir esta questão juridicamente no STF é mais fácil se discutir isso no legislativo federal, mas no STF não vejo como fazer isso. Pode caber um embargo infringente, mas acredito que os prazos já fluíram em razão do tempo. Em direito, todos sabem que o prazo é essencial. Acredito que todos nós que estamos envolvidos nesse esporte em Roraima gostaria de ir a essa audiência em Brasília, por isso, pedimos aos nossos parlamentares, aos nossos oito deputados federais, aos três senadores, que compareçam à audiência do dia 25, que abracem esta luta, que não deixem acabar esse esporte centenário, que envolveu nossos avós, bisavós, nossas famílias e que está em nosso sangue, sangue dos nordestinos que trouxeram essa cultura e que está impregnada em nosso dia a dia. Abraços a todos e nos colocamos à disposição de todos.

O Senhor Presidente da Comissão Permanente de Indústria, Comércio e Turismo **Brito Bezerra** – Obrigado, Fabinho, pegando o gancho, conforme colocou o Deputado Remídio Monai, é para elevar esse evento vaquejada e os demais esportes equestres à categoria de patrimônio cultural, com isso teremos resguardado a possibilidade de praticar esse evento cultural, considerado patrimônio e que está resguardado na Constituição. Veja bem, não estamos fazendo crítica, é mais para reflexão.

Nós temos a cultura, a religião e nossas atividades culturais resguardadas na Constituição Federal, mas existem algumas manifestações culturais e religiosas que sacrificam animais, nessas práticas nem por isso se pode arguir inconstitucionalidade sobre essa prática porque é uma manifestação cultural ou a própria manifestação em si é sacrifício do animal, então não é proibido. Portanto, elevar esses eventos equestres a essa categoria é a saída e depois nós normatizarmos.

Convido para fazer uso da palavra o agropecuarista e comerciante José Lopes Primo, também, vaqueiro.

O Senhor Agropecuarista e Comerciante, **José Lopes Primo** – Bom dia, Senhoras e Senhores. Cumprimento o Presidente da Mesa, Deputado Brito Bezerra, e em seu nome cumprimento os demais Deputados aqui presentes. Cumprimento a vaqueirama, é assim que eles gostam de ser chamados e cumprimento a todos neste Plenário.

É preocupante ver um Ministro do Supremo julgar a vaquejada sem conhecimento de causa. Ora, minha gente, trata-se dos Ministros do Supremo, autoridade máxima da justiça neste País, o fórum máximo, julgando sem conhecimento de causa! Esta Audiência Pública que estamos fazendo hoje, Presidente, e que deveria acontecer lá em Brasília também, os ministros deveriam ter realizado várias delas antes desse julgamento, para que tomassem conhecimento do que representa a vaquejada neste País. Não é simplesmente juntar, julgar, condenar e acabar, não é bem por aí. Já foi dito, aqui, por várias pessoas, que a vaquejada é uma tradição centenária no Brasil. Quero relatar como entramos na vaquejada. Nos anos 80, influenciados por outros irmãos que moram no Pará, e, que praticaram vaquejadas por muitos anos, nós entramos na vaquejada. Criamos a Associação de Vaqueiros de Manaus – ASSOVAMA, onde lá fizemos um parque que até hoje existe. Ajudamos a criar aqui em Roraima AVERR, faço parte da sua primeira diretoria nos anos 90. O prado, que aqui foi citado tem mais tradição que a própria vaquejada. São esportes geradores de empregos e de renda. Observem os senhores que um grande criador de cavalo em São Paulo, Rio de Janeiro que vende cavalos a valores razoáveis, valores caros, hoje deve estar muito preocupado, pois, se acabar a vaquejada como é que ele vai continuar gerando empregos, renda e continuar vendendo seus animais? Se a vaquejada acabar os seus cavalos que valem 50, 100 mil, não vão valer nem 5, porque é cavalo para vaquejada, se acabar a vaquejada ele vai servir para o que mais? E a quantidade de empregos que vai acabar! Aqui em Roraima a representação é pequena, mas teremos centenas, milhares de empregos que deixarão de ser criados se a vaquejada acabar, ao invés de 10 milhões desempregados como temos hoje, teremos 11 milhões Deputado Flamarion, porque com certeza chegaremos ao número de um milhão se a vaquejada acabar. Porque não é só ela que acaba, acabando a vaquejada em si, acabam os criadores de cavalos, os grandes Haras, como foi citado aqui, tem um haras no Rio de Janeiro que vende cavalo a milhões, que vende coberturas do preço que falaram, esse cavalo dele não vai valer mais nada, porque acabaram com o esporte. É como se acabasse com a corrida de fórmula um, aquele piloto que ganha milhões por mês, ou então, se acabassem com o futebol, não vai mais ganhar. Se acabasse com o futebol, o Neymar que ganha milhões, não ganharia mais. Não sou contra o Neymar ganhar o dinheiro que ganha, ele é um artista, Deus deu a ele o dom de jogar bola da maneira que ele joga, ele vale aquilo que ele ganha? Eu acho que vale. O cavalo de cem mil reais, de quinhentos mil reais vale esse dinheiro? Vale sim, senhor. Porque ele é um ganhão, é um reprodutor. O empreendimento começa por aí. Nós não podemos jamais deixar acabar a vaquejada, a consequência disso é terrível, são milhares de empregos que acabam. Qual é o caminho agora? O caminho é justamente o que Senhor está fazendo, Presidente Brito, encaminhar um expediente no sentido de que seja rediscutido e regulamentado de tal forma que a vaquejada não acabe, que nem um esporte acabe e que os Ministros do Supremo se preocupem em acabar com criminalidade deste país e com a insegurança em que vivemos. Muito Obrigado.

O Senhor Presidente **Brito Bezerra**- Obrigado, Jota Lopes, quero convidar o Senhor Ricardo Alves Peixoto, Diretor do Departamento Estadual de turismo.

O Senhor Diretor do Departamento Estadual de Turismo, **Ricardo Alves Peixoto** - Bom dia a todos, meu amigo Brito, Secretária Selma, em nome da qual eu saúdo os demais secretários e membros da Mesa. Nós discutimos ações sobre o que fazer para retomar esse esporte, mas esquecemos um ponto importante, embora tenha sido citado a geração de emprego e renda, eu vou me reportar a um fato que ocorreu ano passado, Deputado Brito, lá em São Luís do Anauá quando um cidadão que criava animais e realizava suas atividades, enquanto nos fomos levar a ideia do turismo, nos falava a seguinte expressão: Peixoto, eu não sabia que o nome dessa coisa era turismo, mas eu já pratico e estou ganhando dinheiro com isso. O turismo no Brasil e no mundo, hoje, criou várias faces, vários nomes e é o que chamamos hoje de turismo de eventos, são exatamente essas ações

culturais e do esporte que o turismo aproveita para gerar emprego e renda, e não têm sido diferente no Brasil, Deputado Flamarion. Roraima, também está acompanhando isso. Hoje, podemos afirmar que se acontecer isso nós teremos uma redução significativa na nossa participação turística no Estado. Por quê? Porque é através desses eventos que nós conseguimos trazer para Roraima o que costume dizer sempre, dinheiro novo. Porque é o colega do Amazonas, do Pará, o vaqueiro do Amazonas, o vaqueiro do Pará, de Rondônia, que vem para cá e aqui deixa recursos, e aqui gerou outras fontes de trabalho, alimentando cinquenta e quatro atividades econômicas, entre bares, restaurantes, lanchonetes e souvenir. Em síntese é uma redução drástica, que vai impactar no nosso turismo. No momento em que Roraima se prepara para dar um grande salto, Deputado Flamarion, hoje, Roraima em nível de Brasília, nós estamos trabalhando para que Roraima seja reconhecido como o portal do Caribe, e isso deve ocorrer a partir de 2017. Hoje, já estamos trabalhando para que esse portal se transforme em um portal de eventos no estado, e isso venha impactar. É necessário que se faça essa ação urgente, em Brasília, para que a gente consiga reverter, não à decisão judicial, mas, uma coisa me preocupa Deputado, é que a gente tenha cuidado para que esse projeto seja bem costurado, bem amarrado, para que não sobre e não gere dúvidas quanto às ações que poderão ser realizadas através dele. Porque a cultura é algo emblemático para muitos. O turismo nem se fala, pois, ainda estamos naquela ideia de que o turismo é oba, oba, e ainda existem pessoas que pensam assim. Não vêem o turismo como atividade econômica capaz de gerar emprego e renda. Nós temos que despertar para essa consciência. Temos que ter essa preocupação com a proibição desses eventos que hoje estão começando a ser proibidos, porque amanhã, sequer poderemos ter cavalos nas fazendas, pois também estaríamos maltratando-os. Aí a nossa pecuária também vai para o brejo, porque não poderemos mais castrar os animais, porque é sofrimento, é dor, ou seja, tudo isso é uma questão que nós temos que analisar e levar com seriedade, através desse trabalho que está capitaneado pelo Deputado Brito, de forma que a gente possa desenvolver este estado e todo o Brasil de uma maneira mais harmônica. Nós precisamos gerar emprego e renda para que essa nossa economia volte a funcionar. Essa é grande mensagem que a gente deixa, principalmente, porque o turismo é uma atividade econômica mais democrática possível para fazer as coisas acontecerem sem grandes antagonismos. Eu quero agradecer essa oportunidade que o Deputado Brito nos concede e finalizo torcendo para que a gente consiga realizar isso o mais rápido possível.

O Senhor Presidente **Brito Bezerra**- Obrigado ao amigo Ricardo Peixoto, Diretor do Departamento Estadual de Turismo. Convido agora para fazer uso da palavra o Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima, Doutor Vicente de Paula Vasconcelos Barreto.

O Senhor Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima, Doutor **Vicente de Paula Vasconcelos Barreto** - Bom dia a todos, cumprimento Deputado Brito Bezerra, em nome do qual, eu cumprimento todos os componentes da Mesa e, em nome do Deputado Soldado Sampaio, cumprimento os Deputados aqui presentes, Deputado Flamarion Portela, Deputado Gabriel Picanço e Deputado Dhiego Coelho. Senhoras e Senhores. Confesso que não sou a pessoa mais adequada para falar de vaquejada, prova é que agora mesmo o senhor José Lopes me deu uma aula sobre a vaquejada e sobre os espaços que temos que observar para que o animal seja derrubado. Tenho assistido poucas vezes e, assim como muitos, eu percebo que quem criou essa Lei não teve o conhecimento adequado que precisa ter para decidir uma questão tão importante para o País. Como já foi exposto aqui, não é só uma questão cultural, mas também o que movimenta todo esse esporte e é isso que precisa ser esclarecido e massificado, é preciso tratar a atividade como um esporte e tratar os animais equinos e bovinos como atletas, pois eles precisam de toda uma preparação, um tratamento adequado, para que não passe essa sensação de mal estar ao animal. Essa é a principal razão de toda essa questão. Por parte da Defesa Agropecuária, nós classificamos as aglomerações de animais e as propriedades onde elas ocorrem como propriedade de risco, para que a gente tenha mais cuidado com esses eventos e essas aglomerações, não quer dizer, que ali necessariamente vai acontecer algum problema de contaminação, mas como se trata de uma aglomeração é justo que a vigilância agropecuária faça essa classificação para que a gente possa então ter um controle maior. Com relação à questão sanitária, nós não temos dúvida nenhuma que são eventos seguros, todos os animais que ali adentram passam primeiro pela avaliação do responsável técnico que existe nas propriedades, e segundo, pelo critério de fiscalização da nossa equipe, aqui no Estado de Roraima, da ADERR, para que a gente veja se esses animais equinos estão com seus respectivos exames de anemia infecciosa e mormo, e se os bovinos estão com o seu calendário de vacinação e principalmente de febre aftosa, porque é uma doença que o Brasil está erradicando do seu território nacional, para que eles estejam com essa vacina em dia e com todas as outras do

calendário oficial. Com relação à questão sanitária nós não temos nenhuma situação que coloque em risco a atividade. O que falta realmente é mais informação e mais esclarecimento sobre esse esporte. Era o que eu tinha a dizer. Obrigado e parabéns a todos vocês, espero que a gente consiga criar uma situação favorável ao esporte pela cultura e principalmente pela situação que está passando o nosso País.

O Senhor Presidente **Brito Bezerra**- Convido o Senhor Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor **Wolney Costa**.

O Senhor Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Wolney Costa** – Bom dia a todos, é um prazer estar presente nesta audiência. Já foi falado quase tudo, de certa forma, sobre vaquejada pelas pessoas que são conhecedoras do assunto no aspecto legal e de tradição. Como foi dito aqui, a vaquejada é uma tradição, por isso não entendo como é discutida uma tradição por pessoas que não conhecem essa tradição sem chamar quem entende do assunto para discutir e debater sobre ele. Há poucos dias escutei uma antropóloga falando sobre tradição e sobre identidade. Segundo ela, identidade não se discute no meio jurídico, identidade se faz, como de povos indígena, como diversas outras identidades. Eu vejo que a vaquejada é uma identidade do povo nordestino, é identidade de um povo, é uma cultura, é um esporte. E o esporte também é colocado pelos meios de saúde como a melhor coisa que podemos fazer para a nossa saúde, e estão esquecendo também da questão do ser humano, que está ali fazendo um esporte e o cavalo também está fazendo um esporte. A vaquejada também é um negócio, como foi bem colocado aqui, um negócio que gera dinheiro, gera recursos. Eu não entendo como hoje em Roraima e no Brasil se fala muito em crise, se fala muito na questão de gerar recursos para que as pessoas vivam bem, para que as pessoas tenham suas necessidades atendidas, e aí se fala em acabar com um negócio como a Vaquejada. Já foi colocado, aqui, que só em Roraima, temos 29 parques de vaquejada privados. A Vaquejada gera emprego para vaqueiro, treinador de cavalo, cuidador de cavalo, médico veterinário, locutor, juízes, caminhoneiro, promotores de eventos, a segurança, vendedores ambulantes, os garçons, proprietário de bares e restaurantes, atrações musicais, parques de diversões, empresas de aluguel, agência de defesa agropecuária esteja presente, garantido a sanidade do animal, garantindo que o animal está bem, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, SAMU. Veja que o Secretário Vicente falou do conhecimento, mas tem conhecimento sim, está presente nas vaquejadas o médico veterinário, participando, tratando e vendo o que pode e que não pode. Hoje temos tecnologia aplicada na Vaquejada para garantir que os animais sejam bem tratados, para garantir que o vaqueiro não se machuque. E, quem faz vaquejada, eu vejo, é uma tradição, é uma cultura que faz parte do campo, como foi falado aqui pelo turismo. Se acabar a vaquejada, você limitará outros esportes equestres, porque dizer que são maus-tratos, tudo é maus-tratos, mas nós temos tecnologia para evitar os maus-tratos. Então, gente, quem participa da vaquejada, todos aqui sabem, tem amor e gostam dos animais, não participa da vaquejada, quem não tem amor pela vaquejada. Como se pode dizer que são maus-tratos, ainda não vi ninguém participar de uma Vaquejada, se não gosta de animais, pois acordam cedinho para olhar os animais, para ver se estão bem. Se acabarem com a vaquejada, vamos ter um efeito dominó, você começa acabar com outras atividades. Daqui a pouco, não vai poder castrar um animal porque vão considerar maus-tratos. A gente não entende por que o Supremo pode alegar maus tratos e tirar a vaquejada sem nunca ter pisado em um local onde se pratica a atividade. Esses locais são feitos com recursos federais, a maioria dos municípios tem um parque de vaquejada que foi construído com recursos federais e há pouco tempo, inclusive. Eu quero parabenizar a todos que estão presentes e, em nome do Deputado Brito, parabenizo os demais deputados desta Casa que está promovendo essa audiência pública. Para finalizar, vejo que seria interessante que mais pessoas estivessem presentes a esta audiência, pessoas a favor e contra a vaquejada, pois, acredito que o diálogo é a melhor forma de a gente resolver qualquer problema, qualquer impasse, e se as pessoas que são contrárias e não vêm para uma discussão, não há um diálogo e sem diálogo não há como resolver uma situação, Obrigado gente.

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – Com a palavra a Senhora Selma Mulinari, Secretária de Estado da Cultura e do Desporto do Estado de Roraima.

A Senhora Secretária de Estado da Cultura, **Selma Maria de Souza e Silva Mulinari** - Bom dia, Deputado Brito, Deputado Gabriel, Deputado Dhiego, Deputado Soldado Sampaio e meu amigo Deputado Flamarion, gostaria de cumprimentar todos os presentes, em nome do meu Idázio, que é um grande batalhador no meio da vaquejada e gostaria de cumprimentar as mulheres, em nome da Jô, que, sei, também se mantém nesse meio. Fiz algumas anotações e não quero ficar aqui pregando para nós mesmos, porque também me considero do meio, mas gostaria de fazer

algumas considerações. Quando a gente fala de cultura, é interessante ressaltar alguns pontos. O que define realmente um povo é a cultura, o conjunto de traços culturais e tradições que definem um povo. Por isso, é importante que a gente pense realmente o que a gente é enquanto povo e o que nos identifica. Neste contexto estão envolvidas as crenças, os rituais, a nossa língua, a produção de artefatos, tudo aquilo que, realmente, envolve um povo e causa uma determinada identidade que nos torna, pelo menos, semelhantes. A manutenção desses traços culturais é importante para todos nós, porque faz com que a gente se encontre e se considere um grupo de pessoas. Visto isso, a gente se reúne pelo que gosta, quer dizer, o grupo da vaquejada, da cavalgada, o grupo do laço é bem identificado, nós somos um grupo, eu também pertencço porque também fui criada numa fazenda e me identifico com tudo isso. Essa luta também é pela preservação dos nossos traços culturais, por aquilo que somos. Este esporte veio para cá por conta da nossa colonização, porque fomos colonizados por nordestinos. O Ailan citou uma temática deste ano que trabalhamos no arraial do Anauá, que foi justamente a música do poeta Eliaquim que fala sobre os nordestinos aqui em Roraima. A grande temática foi exatamente essa, quem é filho do norte é neto do nordeste, muitos de nós somos filhos do norte e netos do nordeste. Eu sou neto do nordeste, meu pai é descendente de nordestino, que se misturou com índio aqui e nós somos netos, bisnetos do nordeste. Essa questão vai bem além de se definir, o que pode ou não e o que vai continuar ou não. O Vicente colocou muito bem que reservadas as questões sanitárias e a proteção aos animais, que o Ailan também colocou, me leva a crer que quem inventou essa questão não conhece nada do que se pratica. Temos que pensar na questão econômica, na geração de renda e empregos que estão envolvidos. Este ano tivemos uma batalha muito grande na cultura em relação a alguns projetos de vaquejadas que foram apresentados na lei de incentivo, e um desses projetos foi aprovado. O projeto da VR. A luta com os produtores culturais e com os artistas era justamente a desconstrução da vaquejada como evento cultural. Os projetos que não foram aprovados, não foi porque não foram considerados culturais, foi apenas por problemas na formulação desses projetos. Um projeto foi aprovado. Mas, antes, quase ninguém apresentava. O que temos que pensar é que, junto com esse projeto de vaquejada, vem a parte cultural, o show e envolve a questão do som, da tenda, dos ambulantes, é um megaevento e nele vem a geração de renda, de empregos e muito mais. Entendendo que todo esse processo não poderia deixar de vir aqui e dar apoio, principalmente do setor cultural que é o objeto do meu trabalho. Mas, não quero ficar pregando para nós mesmos, e o que temos que fazer é não baixar a guarda e junto com o Deputado Brito que lançou esta ideia, vamos tentar arrumar uma solução, ter um discurso para que possamos defender, porque quando as pessoas chegam junto ao grupo elas vêm desmerecendo os eventos e colocando alguns preconceitos que realmente não existem. A vaquejada para o setor cultural é muito importante porque ela faz com que o artista, o pessoal do som, do aluguel de tendas, dos ambulantes trabalhem o ano inteiro. É preciso que a gente se una e faça com que isso seja preservado. O que podemos, neste momento, é unir forças e nos colocarmos à disposição para que essa luta esteja irmanada junto com a do setor cultural. Foi para isso que aceitei esse convite e vim até aqui, estamos à disposição na Secretaria de Cultura. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra**- Não havendo mais nenhum componente da Mesa que queira fazer uso da palavra, convidamos os senhores deputados que estão inscritos para fazer uso da palavra. Neste momento, ouviremos o Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela**- Senhor Presidente, Deputado Brito Bezerra, quero louvar Vossa Excelência pela iniciativa e dizer aos presentes do quanto o Deputado Brito Bezerra é compromissado com aquilo que ele acredita, com aquilo que ele defende e faz isso com muita competência e com muita propriedade. Então, gostaria de cumprimentá-lo e louvar sua iniciativa, e dizer que, com certeza, Vossa Excelência terá nessa luta muitos parceiros. Quero cumprimentar a todos e dizer da alegria em ver aqui o Idázio, como vereador eleito, e o Rômulo, felicidade em vê-los. Espero que vocês façam um grande trabalho lá na Câmara Municipal, para cada vez mais o eleitor ficar contente com o voto. Peço permissão à Mesa para cumprimentar os ex-colegas secretários, em nome da minha querida secretária Selma, cumprimento os produtores, em nome do meu amigo de muitos e muitos anos, José Lopes, obrigado a todos vocês, cumprimento também os Deputados Soldado Sampaio, Dhiego Coelho, Gabriel Picanço. E vou, nas minhas poucas palavras, dizer algo que eu acho muito interessante. Eu ouvi, Deputado Brito, há alguns anos de um Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, dizer: Que não há saber maior e não há saber menor, há saber. Eu acho que a Ministra Carmem Lúcia, ao dar seu voto de minerva, esqueceu de compreender a sabedoria de quem entende de vaquejada, é de quem pratica a vaquejada, é de quem exercita a vaquejada, pessoas que dedicam suas vidas a isso. Então, eu queria dizer que, em um momento desses, o mínimo que se poderia fazer,

era ouvir umas associações representativas, para que uma decisão fosse minimamente coerente com que pensa o povo, com que quer esse mesmo povo. Também trago algo que é muito importante que é a definição de um povo. O que é um povo? Um povo é definido, como povo, quando ele tem uma nação, quando ele tem seu espaço territorial. O Brasil tem um espaço territorial, Wolnei, muito gigante, de oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Um povo é definido pela sua língua, só tem povo quando tem uma língua. Só tem um povo, quando tem uma cultura. O povo tem que ter uma cultura, para ele ser caracterizado como povo. E nós estamos trazendo aqui um tema que é cultural, ele está na raiz, principalmente, não sei se posso afirmar cem por cento certo, a prática desse esporte vindo do nordeste, que chegou ao norte e se espalhou depois pelo Brasil afora. Se é cultura, essa cultura define o povo, então ela pertence ao povo, através das tradições e das práticas que se torna impregnado, enraizado. Você que é do nordeste como eu, Deputado Brito, vai compreender bem isso, quem não se lembra que lá nos interiores do nordeste, Deputado Dhiego, Deputado Gabriel, às vezes, as pessoas sacrificavam a mesa da família para tratar bem o seu animal. Eles iam para os rodeios e eventos exibir o seu animal, como um verdadeiro troféu, como um verdadeiro patrimônio. Quando digo que eles sacrificavam a mesa das famílias é porque não faltava nada para esse animal às vezes faltava para a sua família, mas isso fazia parte da sua vaidade, do seu orgulho, da valorização que eles davam a esses eventos. Quero dizer a todas as pessoas que aqui estão, sempre digo isso e, realmente, é o que sinto, não há nada mais sagrado do que o suor do homem, o suor do homem tem que ser respeitado, é sagrado, é santo, porque é através desse suor, que ele extrai o sustento para sua família, e aqui, as pessoas que estão dentro dessa atividade estão lá trabalhando e suando, se dedicando para sustentar a sua família com dignidade. Se há um momento difícil na história do Brasil, talvez seja esse um dos mais difíceis que já vivemos. Não podemos desprezar uma quantidade de empregos desses, isso significa mais fartura na mesa das famílias. E, para encerrar, eu trago aqui em nome em da Senadora Angela Portela, que não está aqui, porque aconteceu um problema com a minha neta, ela teve que ir lá com a minha filha, mas eu trago o abraço da Senadora Angela Portela e quero dizer que neste encaminhamento para o Senado Federal, já transformando estes eventos em patrimônio imaterial e cultural do Brasil, trouxe um recado da Senadora para que contem com ela nessa empreitada, nessa jornada, para que essa matéria flua e que seja aprovada logo, e que isso seja superado. E aqui quero dar a minha opinião, acredito que isso vai ter uma superação muito rápida, se não ainda no campo jurídico, e aí cabe embargo de declaração, com certeza isso ainda vai tramitar no Supremo, mas com certeza o mundo político não se furtará de construir um caminho para equacionar esse problema, principalmente tendo no Norte e no Nordeste, quer seja de Deputados Federais e Senadores. E isso, mesmo que algum tenha restrição, tem a força do voto e a cobrança do povo e isso irá refletir naquelas duas casas legislativas. Portanto, eu parabeno a todos, reitero a satisfação de estar aqui. E digo a todos: não desanimem, vamos lutar que, com certeza, isso será superado logo.

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – Obrigado, Deputado Flamarion, a palavra está franqueada ao Deputado Dhiego Coelho.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – Bom dia Deputado Brito Bezerra, que preside esta Sessão, em nome do Deputado Soldado Sampaio, cumprimento os vereadores eleitos de Boa Vista Idázio e Rômulo que estão aqui presentes; cumprimento em nome de nossa Secretária Selma, todos os Secretários presentes; e cumprimento a vaqueirama, em nome do vaqueiro neto Guerra, muito obrigado pela presença.

Eu sou amante da vaquejada, visito muito e não poderia deixar de dar a minha palavra referente ao tema que estamos discutindo. E falar em acabar com a vaquejada no Brasil, seria a mesma coisa de acabar com a tourada na Espanha. Pois, a tourada é um esporte praticado na Espanha, no México, no Peru, na Colômbia há mais de 800 anos. Todos sabem que o final da tourada é o sacrifício do touro. Então, por ano, são sacrificados mais de 250 mil touros nesses quatro países. Na Espanha tem mais de 325 arenas, onde são realizados mais de 17 mil eventos da tourada, gerando uma renda de mais de 1 bilhão de dólares. Então, podemos fazer esse comparativo, como já foi falado por quase todos que por aqui passaram sobre a quantidade de dinheiro que circula nesse esporte, quantidade de emprego que é gerado. E não poderíamos deixar de discutir nesta Casa esse assunto que para nós no Norte do país é cultural. E eu juntamente com o Deputado Brito Bezerra e demais Deputados, apoiamos esse esporte. Quero aqui declarar o meu apoio dizendo que sempre estaremos juntos nessa comitiva lutando para que não acabe esse esporte no Brasil. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – passo a palavra ao Senhor Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Bom dia a todos, cumprimento o Deputado Brito Bezerra, autor desta Audiência Pública e o parabeno pela iniciativa, e me junto aos demais que se encontram

presentes para fortalecer este movimento Brasil afora, aqui em Roraima não poderia ser diferente. Cumprimento a Secretária Selma e demais membros da equipe de governo e, em nome do Zé Lopes, cumprimento todos os vaqueiros aqui presentes. Cumprimento a imprensa, senhoras e senhores nas galerias. Como filho de nordestino e conecedor da cultura e da importância da vaquejada, que hoje não é mais restrita ao nordeste, nós estamos aqui no norte e tem vaquejada, no Mato grosso e em São Paulo também tem vaquejada, essa prática transcendeu o País e hoje faz parte da nossa cultura e por isso é inadmissível. Fico preocupado com esse afastamento da justiça brasileira e do Ministério Público com a realidade do nosso povo, isso simboliza a elitização da justiça que não tem contato com o dia a dia e com a cultura do nosso povo. Isso é preocupante. Nós temos uma corte ou um Ministério Público que baliza as suas posições nas letras frias do papel, sem sentir o clamor do povo, isso é um exemplo claro da ausência desse elo da justiça brasileira e do Ministério Público com o nosso povo. Temos caminhos para resolver a situação, inclusive já foi colocado aqui o apoio da bancada nordestina e de outras regiões, já temos o Deputado Remídio em Brasília que nos informou que essa questão já passa por articulação política para normatização no Congresso, por isso, ela tem que ser trabalhada o quanto antes, porque um mês sem vaquejada no nordeste, todo esse arranjo que citamos vai por água abaixo. Portanto, precisamos agir com urgência e cabe a nós fazer a nossa parte enquanto articulação política. Eu fico tentando imaginar 54 frentes de trabalho ligadas à vaquejada, paradas. Mas, vou me apegar a apenas um. O que seria do poeta, do compositor nordestino sem a vaquejada? Quem olha uma música nordestina percebe que tem 3 coisas que são o ponto de inspiração para o artista, que são: seca do nordeste, as mulheres do nordeste e a vaquejada. Se pegar as músicas do Flávio José, Flávio Leandro, Cirano e Cirino, Luiz Gonzaga, Jorge Altino e outros, o seu carro chefe quer seja na música ou na poesia aparecem os itens, que citei, como fonte de inspiração. Então, isso é preocupante, espero que possamos resolver esta situação. Podemos engrossar esse movimento de cultura com um ato de cultura, a gente poderia fazer um show cultural em apoio à vaquejada. Deixo a sugestão aos empresários presentes para que tragam um Cirano e Cirino, um Flávio José ou um Flávio Leandro, quem sabe, se fizermos uma vaquinha de quinhentos reais para trazer um desses artistas a gente fortaleça esse movimento. Deixo registrado o meu apoio, farei contato com a nossa bancada federal e já vou expedir um expediente para a bancada pedindo o apoio em qualquer tramitação que venha regulamentar e amparar de uma vez por todas o reconhecimento da vaquejada como algo cultural do nosso povo nordestino e do Brasil. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – Muito obrigado, Deputado Sampaio. Nós deixamos alguns formulários na plateia, para o caso de alguém desejar fazer alguma pergunta. Gostaria de saber se alguém quer se manifestar? Passo a palavra ao Luiz Timbó para fazer uma pergunta.

O Senhor **Luiz Timbó** - Gostaria de saber se eu quiser fazer uma vaquejada este mês ou no próximo mês terei que pedir autorização da justiça, tendo em vista a nossa lei da cultura?

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – Eu pedi que estivesse presente o Ministério Público Federal que foi quem arguiu a inconstitucionalidade dessa lei no Estado do Ceará, e foi julgado pelo supremo e arguiu aqui uma lei de minha autoria que é praticamente semelhante a essa lei que foi tornada inconstitucional no Estado do Ceará, mas aqui tem um representante da OAB e que ele se dispõe a responder a pergunta.

O Senhor representante da OAB-RR, **José Fábio Martins da Silva** - Há um entendimento jurídico que, com a decisão só STF, não há impedimento de organização de vaquejada, há a inconstitucionalidade de uma lei, uma lei estadual que foi julgada inconstitucional naquele sentido da lei, que é tornar um esporte cultural no texto da lei como é a nossa lei aqui do Estado de Roraima. Não há impedimento, não. O que pode acontecer é uma pessoa se manifestar e entrar com o pedido de suspensão desse evento e o juiz dá uma liminar suspendendo sua vaquejada e o senhor vai ter prejuízo. Recentemente na Bahia ocorreu vaquejada. Se alguém não questionar ocorre a vaquejada normalmente. Há estado que vem realizando vaquejada normalmente, mas corre o risco do MP, ou alguma associação propor a medida e o juiz dar a liminar para suspender o evento na mesma hora, aí você corre o risco de ter um prejuízo. A minha orientação é para não fazer, para não correr esse risco.

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – Tem juízes corajosos que conhecem a vaquejada e sabem da importância dessa cadeia produtiva que indefere o pedido como foi feito em Campina Grande e aconteceu a vaquejada. Se não me falha a memória, a OAB solicitou, mas o Juiz indeferiu. Alguém deseja fazer uso da palavra?

O Senhor representante da OAB-RR, **José Fábio Martins da Silva** - Nós temos dois parques em Campina Grande, o Maria da Luz que

é um dos mais tradicionais do Brasil e temos o Evandro Cunha Lima que é do irmão do Ronaldo Cunha Lima, que foi Deputado Federal também e é muito forte naquele segmento. Tenho certeza que nós vamos ter um apoio muito forte em nível de nordeste, onde é o foco da vaquejada e envolve quase todos os Deputados e Senadores que têm animais que participam da vaquejada.

O Senhor Presidente **Brito Bezerra** – Passaremos para as conclusões finais. Inicialmente eu quero agradecer a esta Casa Legislativa por abrir as portas, como caixa de ressonância da sociedade, como recorrentemente fala o Deputado Flamarion, permitir que nós pudéssemos realizar esta Audiência Pública, também diversas outras que já realizamos aqui nesta Casa. Quero agradecer aos colaboradores que estão presentes, aos organizadores do evento, em nome da amiga Peta, a taquígrafia que veio aqui desde cedo, e vai ter que estar aqui novamente para a sessão, a imprensa, a todos desta Casa Legislativa, agradecer a equipe do povo, a Selma, secretária adjunta, a Estela, o Vicente da ADERR, agradecer também ao delegado Giovane, ao vereador eleito Idázio, ao vereador Rômulo e a todos presentes. Registro a presença do meu amigo João Paulo que também é um dos amantes da vaquejada que está sempre presente, e reforço aqui aos amigos que, apesar das críticas que venho recebendo nas redes sociais por conta de encabeçar e ser o autor da lei, contrária à decisão, e a favor da realização da vaquejada, estou sofrendo críticas desrespeitosas, mas isso não me faz baixar a cabeça nem me deixa cabisbaixo, isso só me alimenta e fortalece. Disse Euclides da Cunha no livro Sertões. “o sertanejo é antes de tudo um forte.” eu tenho sangue sertanejo, eu sou cearense, nordestino do sertão do mato, passei fome naquele sertão vendo vaquejada, e isso me torna mais orgulhoso de honrar essa bandeira de luta que tem o povo nordestino, que é nossa, não só do nordestino, mas do povo brasileira, não vou deixar de aclamar essa cultura e estar presente. Segunda-feira estarei em Brasília, como representante desta Casa, convido os demais deputados que não tenham compromisso para me acompanhar. O Deputado Remídio já fez um convite formal, e lá nós estaremos contribuindo para que haja essa legislação federal aprovada o quanto antes, elevando esse esporte ao patrimônio cultural e imaterial. E aqui, na próxima terça-feira, com a ajuda do Doutor João que representa o Legislativo, nós vamos construir, juntamente com os deputados que aqui estão, uma lei elevando a vaquejada e os demais esportes equestres a patrimônio cultural e imaterial do Estado de Roraima, e esperamos que o congresso faça o mesmo, juntos irmanados pela cultura, pela vaquejada e pelo turismo, sobretudo pelas famílias que têm o pão de cada dia colocado na mesa a partir dessa atividade econômica. Nós não vamos parar de lutar até que essa situação seja resolvida de uma vez e nós possamos trabalhar de forma legal, de cabeça erguida, gerando o alimento para nossas famílias. Muito obrigado!

ATOS ADMINISTRATIVOS

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES

ERRATA DE RESOLUÇÃO

Retificamos as Resoluções Nº 251 e 252/2016 publicada no diário da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima no dia 07 de novembro de 2016. Edição 2395.

Onde lê-se: Município de Rorainópolis

Leia-se: Município de Pacaraima

Palácio Antônio Martins 23 de Novembro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA
Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº314/2016

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Servidor **VALDENEY DA SILVA CRUZ**, Matrícula Nº16685, para viajar com destino a Rorainópolis, no dia 02.11.2016, a serviço deste Poder.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros, a contar de 02 de Novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de Novembro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA
Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº315/2016

A Superintendência Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Autorizar o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JOSÉ RIBAMAR DE ARAÚJO BARBOSA**, para viajar com

destino ao Município de Rorainópolis, no dia 02.11.2016, sem ônus para este poder.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 02 de Novembro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA
Superintendente Geral

RESOLUÇÃO Nº316/2016

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

Art.1º TORNAR SEM EFEITO a Resolução Nº 277/2016, publicada no Diário da Assembleia, Edição Nº 2400, de 14 de novembro do ano em curso, que autorizou o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **IZAIAS REBOUÇAS MAIA** para viajar com destino a Georgetown na República Cooperativa da Guayana, no dia 14.11.2016, retornando no dia 17.11.2016.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 23 de Novembro de 2016

FRANCISCO ARNAUD DE SOUSA
Superintendente Geral

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - RESOLUÇÕES

ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº02750/2016

RETIFICAMOS, na seção Atos Administrativo – Resolução da Mesa – referente à Resolução nº 02750/2016, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2406 de 23 de novembro de 2016, devido à incorreção de texto.

Onde se lê:

Art. 2º Esta Resolução tem efeitos a partir de 16 de junho de 2014, prevalecendo a Resolução de **exoneração** do Diário de nº 1915, do dia 08 de outubro de 2014.

Leia-se:

Art. 2º Esta Resolução tem efeitos a partir de 16 de junho de 2014, prevalecendo a Resolução de **nomeação** do Diário de nº 1915, do dia 08 de outubro de 2014.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 02754/2016-DGP

RETIFICAMOS, na seção Atos Administrativo – Resolução da Mesa – referente à Resolução nº 02754/2016, publicada no Diário da Assembleia Legislativa, edição nº 2406 de 23 de novembro de 2016, devido à **incorreção do nome do servidor** a ser sanada.

Onde se lê:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Bartolomeu Souza Lima**, matrícula 18593, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Leia-se:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Bartolomeu Souza da Silva**, matrícula 18593, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 31 de outubro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 2762/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Tumurê Mendes Santos, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02763/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Moacy Andrade Mariano, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02764/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Wallahylda Nascimento de Lima**, matrícula 17664, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-11, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02765/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Wallahylda Nascimento de Lima, matrícula 17664, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02766/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Vanderlete Araujo dos Santos**, matrícula 18843, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02767/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Vanderlete Araujo dos Santos, matrícula 18843, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02768/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Tatiane Cassiano dos Santos**, matrícula 17778, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02769/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em

conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Tatiane Cassiano dos Santos, matrícula 17778, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02770/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Rosaina dos Santos Osorio, matrícula 08690**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02771/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Rosaina dos Santos Osorio, matrícula 08690, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02772/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o servidor **Nielson Pires Lima, matrícula 17014**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-10, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01

de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02773/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Nielson Pires Lima, matrícula 17014, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02774/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Marly Silva Santos, matrícula 12360**, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02775/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marly Silva Santos, matrícula 12360, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02776/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora **Marcia Gabriela**

Almeida Oliveira, matrícula 18118, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02777/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Marcia Gabriela Almeida Oliveira, matrícula 18118, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Auxiliar Parlamentar FS-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02778/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Lediane Nascimento Pontes, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 02779/2016-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jhonatan do Carmo Rodrigues, para exercer o Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 008/09 de 03 de março de 2009, e sua alteração constante na Resolução 002/16 de 18 de maio de 2016, publicada no Diário da ALE nº 2285 de 20.05.2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2016.

Palácio Antônio Martins, 23 de novembro de 2016.

Deputado Coronel Chagas

Presidente em exercício

Deputado Rosinaldo Adolfo Bezerra da Silva

1º Secretário

Deputado Marcelo Mota de Macedo

2º Secretário

